Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 25 de junho de 2020
Ata N.º 28

No dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta e um minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2019;

PONTO TRÊS – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 – Ratificação;

PONTO QUATRO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação;

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre Tejo e Sado), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento e pelo Membro Sr. Carlos Alberto das Neves Moço.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Joana Pires Venâncio Ribeiro;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sra. Maria João Camolas Contente Caleira da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado a **Sra. Joana Pires Venâncio Ribeiro** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Carlos Alberto das Neves Moço, Luis Manuel Paciência Pato e Sra. Joana Pires Venâncio Ribeiro da CDU e Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Boa noite a todos, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas companheiros de Assembleia Municipal, caros trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela, Sr. Munícipe, vamos dar início à nossa sessão. Temos uma sessão com esta particularidade que todos conhecemos já e que, de certo modo, dispensa apresentações as razões pelas quais estamos assim.

Eu queria só dar uma pequena justificação, na última reunião que nós aqui tivemos eu falei-vos na possibilidade de nós termos uma reunião num dia ou em dois dias, mas que seria na altura era minha convicção, enfim, e se fosse hoje se calhar já teria voltado a ser, que nós podíamos fazer uma sessão em dois dias. Entretanto houve vários entendimentos, nomeadamente outros municípios. os próprios serviços

das autarquias, que quando consultados sobre o assunto entenderam que era mais prudente, para cumprirmos rigorosamente com a lei, convocar duas sessões ordinárias este mês, porque o que a lei prevê, ou previa na sua alteração, foi a transposição automática ou o adiamento automático da sessão de abril para junho, não dispensando a outra e nada se dizendo sobre a eventual dispensa que isso podia constituir em relação à sessão de junho também ela ordinária por lei.

Perante esse entendimento nós optámos por convocar desta maneira, duas sessões ordinárias, hoje uma e outra amanhã. Entretanto, houve um esclarecimento da Associação de Municípios admitindo exatamente aquilo que era a nossa primeira interpretação que é não estamos obrigados, temos apenas a possibilidade de adiar a sessão de abril mas que isso não nos obrigava a manter e a sessão podia perfeitamente ser uma ordinária e outra extraordinária. Enfim, não é relevante é só para justificar porque é que nós amanhã temos outra reunião ordinária, outra reunião que tem mais ou menos as características da de hoje e por essa razão também aparece, e provavelmente terão estranhado, o ponto um, o ponto da informação Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade, aconteça nas duas reuniões. É por isso mesmo, porque sendo ordinária a reunião de amanhã também tem um ponto de informação, obviamente que o que nós vamos fazer e o Sr. Presidente da Câmara tinha esse entendimento, também, é que apresentada a informação hoje não vamos repeti-la amanhã como é lógico, a informação versa exatamente sobre o mesmo período e a apresentação da informação fica feita, o que não dispensa, apesar de tudo, a liberdade dos Srs. Membros da Assembleia se entenderem colocar questões umas hoje e outras amanhã, as duas sessões são ordinárias e tem essa figura.

Já quanto ao público penso que estão de acordo com o modelo que adotámos, ou seja nós não fechámos a possibilidade do público poder participar, definimos apenas algumas regras específicas para o fazer, nomeadamente pedimos que dessem conhecimento atempadamente, antes da própria reunião, para que pudesse ser programada e organizada a sua presença em sala. Tivemos apenas duas pessoas que se manifestaram no sentido de querer vir à sessão e, nestas condições, não há qualquer problema de recebermos duas pessoas. Então feita esta pequena introdução, vamos dar início formalmente à sessão."

Período de Intervenção dos Munícipes

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Nós temos, como sabem, hoje um conjunto de propostas que, apesar de ser menor do que as que temos amanhã, para além de serem as mais urgentes e que estão associadas entre si são também por princípio as que geram maior necessidade de apresentação e discussão, e é por essa razão que compilámos um número tão elevado de propostas para amanhã, mas de acordo com a habitual abordagem daqueles temas são normalmente assuntos relativamente rápidos e podem ser tratados em conjunto porque apesar de serem propostas individuais o assunto é o mesmo.

Temos, então, neste período de antes da ordem do dia o espaço destinado às intervenções dos Srs. Membros da Assembleia que queiram eventualmente fazê-lo.

Temos um pedido do Bloco de Esquerda, eu vou dar a palavra ao Bloco de Esquerda, temos um pedido PSD/CDS e para já é tudo.

Eu ia fazer-vos uma sugestão, na sessão anterior foi diferente, mas na verdade não sendo muito cómodo também não temos nenhuma razão para tirar a máscara, só precisaríamos tirar a máscara se houvesse alguém a precisar de se socorrer da linguagem gestual e portanto precisássemos de ter aqui interpretes. Dessa forma eu peço que não tirei a máscara, porque isso resolve o problema da própria higienização do microfone. Para além disso, se cada um quiser proceder a esse gesto de higienizar o microfone, e se sentir necessidade disso, temos um produto em baixo, mas eu acho que se não tirarmos a máscara isso é menos necessário.

Tânia Ramos por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Ora muito boa tarde a todos, Sra. Presidente, Srs. Secretários de Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caríssimos Membros da Assembleia, funcionários da Câmara, funcionários da Assembleia Municipal.

O assunto que trago aqui hoje é um assunto em relação aos depósitos de lixo e, também, aos resíduos de construção e demolição. Ou seja, sabemos que esta temática do lixo e do entulho não é uma temática só de Palmela nem do seu concelho, é um problema nacional e um problema internacional também, no entanto, com os problemas dos outros podemos nós bem e o que eu quero dizer com isto é que ao longo destes últimos anos temos falado das alterações climáticas, da importância das medidas de combate à degradação do ambiente, mas o que acontece no concelho de Palmela é que em zonas muito específicas, em terrenos baldios, em zonas menos urbanas com mais mato, o depósito de entulho e destes resíduos de construção e demolição são uma verdade, é preocupante, e o Bloco de Esquerda aquilo que queria trazer nesta tarde era a preocupação de o que é que está a ser feito, o que é que estamos a fazer.

Sabemos que é um perigo, sabemos aliás que é um crime ambiental depositar lixo sem ser nos seus locais adequados, e, como tal, aquilo que o Bloco de Esquerda queria perguntar hoje ao Sr. Presidente de Câmara era o que é que está a ser feito? Sabemos que existem frequências de recolha, sabemos que existem os tais sacos disponíveis para que as pessoas utilizem e ponham os seus restos de obras e de entulho, no entanto alguma coisa não está a funcionar porque temos as nossas matas cheias de lixo. Também sei que não é em todas as zonas da mesma maneira e com a mesma intensidade, mas reconheço que existem zonas que são críticas, que precisam de uma atuação emergente ou perceber que tipo de vigilância, ou de fiscalização, é que está a ser feito em relação a esses terrenos que estão sinalizados, com certeza que se eu os reconheço a Câmara e os Presidentes da Junta também sabem quais são os lugares a que me refiro, quais são as zonas preocupantes. Não é uma situação de agora, os lixos que lá se encontram é uma situação que, de certeza, já está a acontecer há alguns anos e a questão que eu queria fazer hoje aqui era qual é a intervenção? Sabemos, também, que é um caminho que deve ser um caminho de todos, enquanto indivíduos, de preservar o ambiente, mas é um caminho coletivo, e é um caminho em que a Câmara tem de definir o seu caminho ambiental.

Eu entendo que, possivelmente, aquilo que o Sr. Presidente me vai dizer, e já está a abanar a cabeça, é que a empresa privada é que é responsável pela recolha, pelos processos burocráticos, no entanto aquilo que eu lhe quero dizer aqui é que independentemente dos responsáveis, nós temos obrigação de pressionar para que o que não está a ser bem feito hoje possa começar a ser bem feito, e esse é o plano que o Bloco de Esquerda desafia e essas são as questões que o Bloco de Esquerda aqui faz hoje, é que tenhamos um olhar preocupante sobre as nossas matas, sobre o depósito inconsciente, sobre a forma como temos de sensibilizar as populações, sensibilizar os construtores civis, as empresas que continuam a utilizar a mata e os terrenos baldios como lixeiras, como lugares onde se pratica diariamente e frequentemente o crime ambiental.

Disse, muito obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Dou agora a palavra ao PSD/CDS, Roberto Cortegano por favor."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restantes Vereadores e a todos os presentes aqui na sala.

Por coincidência, ou talvez não, a minha questão, até vou ser mais breve do que aquilo que pretendia, é muito idêntica à questão do Membro que falou anteriormente do Bloco de Esquerda. Tem, também, a ver com a recolha de lixo e de monos no nosso concelho, mais propriamente nas áreas rurais e nos aceiros do concelho. Neste caso, vou-me referir a um sítio mais específico, porque recebi até fotografias do munícipe no Pinhal Novo, no Aceiro do Raul, em que há lá uma zona que tem uns caixotes do lixo em que aquilo, ele mandou-me as fotografias e depois quis mesmo verificar até passados uns dias e estava tal e qual. Está praticamente transformado num aterro sanitário. Há lixo de toda a maneira e feitio, há resíduos tóxicos, há óleos de troca de óleos de carros, bidons, latas de tinta, tudo aquilo que se possa imaginar. Segundo o que o próprio morador na rua me disse aquilo não é de agora já tem algum tempo. O que acontece é que parece que há locais em que é hábito as pessoas habituaram-se, mesmo pessoas que nem são muitas vezes ali de perto, e vão todas ao mesmo sítio depositar o lixo no mesmo local.

Curiosamente, depois passei pelo Aceiro do Piedade, para dar a volta de novo para o Pinhal Novo, passei por caixotes do lixo completamente limpos em que nada de anormal se passava. Noutros pontos exatamente quase a mesma situação, ou seja dá a entender que ou nem todos os locais a recolha é feita da mesma forma, ou então há locais por estarem mais escondidos, ou mais afastados, ou onde moram menos pessoas, já são mesmo próprios para toda a gente ir lá depositar tudo aquilo que lhe apetece.

A minha pergunta vai no sentido de, realmente, saber se a Câmara pensa atuar de alguma forma porque, de facto, está-se a tornar numa situação gravosa. Agora no verão pode até haver um incêndio num destes locais até porque a limpeza das bermas e dos aceiros como sabe, e naquele local também verifiquei, não tem acontecido e penso que se pode tornar uma situação muito grave e antes que isso aconteça era fundamental que a Câmara tivesse uma atuação mais ativa e que de alguma forma se pensasse aqui de alguma maneira resolver esta situação.

Obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Tem agora a palavra Mário Baltazar, do MIM."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite, Sra. Presidente, caríssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, funcionários da Câmara Municipal de Palmela.

Trago então aqui alguns pontos, muito mais trarei provavelmente ainda hoje ou amanhã, mas iria começar pelo trânsito e estacionamento em Palmela.

A questão que se está a tornar um caos na zona histórica de Palmela, é uma zona que me preocupa, é um sector que me preocupa aquela área porque, verdadeiramente, encontramos carros estacionados de todas as formas e de qualquer maneira naqueles locais, mas deixaria aqui uma questão ao Sr. Presidente, como autoridade máxima da Proteção Civil, se um dia se proporcionar um incêndio ou se houver uma necessidade de um carro dos Bombeiros, seja ele de incêndio ou de emergência, circular em algumas zonas como irão

passar? Será muito complicado, e eu que passo ali todos os dias e frequento aquela zona diariamente, cada dia aquilo está pior.

Já que estávamos a falar em segurança, trago também aqui uma outra questão. Estamos longe de atravessar esta epidemia e neste combate que nós estamos a fazer ao "COVID-19", e que parece que realmente estamos com algum retrocesso, permanecendo os Bombeiros na linha da frente logo todos os gastos das suas corporações começam a ser superiores. Aumentaram a aquisição de equipamento de proteção individual, bem como outras despesas que não existiam antes da pandemia. Ou seja por cada guarnição de um carro que sai fica entre vinte e cinco e trinta euros em equipamentos de proteção civil. Gostaríamos, ou seja, o MIM – Movimento Independente pela Mudança, neste momento, gostaria de saber dentro deste contexto e perceber como é que se encontra a situação dos pagamentos às Corporações de Bombeiros relacionados com os protocolos existentes de apoio a equipamentos, pagamentos de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e, também, a nível de seguros de viaturas. Sabemos e chegou-nos essa informação que alguns pagamentos não são efetuados desde janeiro de dois mil e vinte, dentro dos protocolos existentes.

Uma outra questão, já que falávamos aqui em muitos resíduos, tem a ver com o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, antiga Esplanada e mais conhecida pelos palmelões "Esplanada do Castelo". É um espaço em que se seguirmos e fizermos um percurso ao longo daquele espaço com início pelo lado da rua da Portela deparamos por trás do Centro Social, aquele caminho que vai ter às encostas do Castelo, com cerca de um metro de ervas de altura, vários lixos depositados naquelas zonas em que, neste momento, estando nós, e deveríamos também cumprir, não sei de quem será aquele espaço, provavelmente camarário, de tentar resolver esta situação. Subindo um pouco mais, chegamos ao moinho que existe dentro do Parque Venâncio, salvo erro aquele moinho em tempos pertencia a uma associação, e que se encontra num estado de calamidade, vidros partidos, o mobiliário que está à volta está tudo danificado, maltratado, inclusivamente as placas de identificação para quem chega ali e olha para a Serra do Louro estão em péssimo estado, tirando tudo o que é ervas que se encontram ao longo daquele espaço. Subimos um pouco mais acima e depois, posso já acrescentar que se houver necessidade poderei facultar as noventa e seis fotografias tiradas dentro daquele espaço e que demonstram tudo isto que irei aqui mencionar, a questão do mobiliário em cima onde estavam aquelas mesas de madeira que foram substituídas por mesas de betão e depois levaram madeira estão em péssimo estado, até se encontram sofás que foram colocados em algumas zonas, para não falar daqueles canteiros que estão lá e que, também, dão um mau aspeto ao espaço em si. Deparamos com as madeiras todas elas pintadas, nós sabemos que existem pessoas que não têm bom senso e que o fazem, mas penso que a autarquia deveria também passar por lá, tentar perceber e, se calhar, tentar dar um jeito naquela matéria. Subimos ao parque infantil e no parque, espaço de jogos e recreio, que acabou de ser renovado há algum tempo, poderei mencionar que quem tiver dificuldades motoras jamais poderá utilizar aquele espaço porque foram criados, tanto na direita como na esquerda, degraus que dão acesso à bica da água e que dão acesso ao escorrega, para não falar dos gradeamentos em madeira que estão em falta onde está simplesmente uma fita de sinalização já há mais de um mês, ou muito mais, a vedar esse espaço. Mais acima temos um espaço em que estão os bancos em péssimo estado, para não falar das ervas, dos péssimos caminhos que ali estão, subimos mais atrás e continuamos a ver buracos em todo o piso, os degraus cheios de ervas em que não se consegue circular, as placas continuam a estar inutilizáveis, não se consegue perceber o que lá está escrito e depois tirando as ervas que são cortadas e que permanecem imenso tempo dentro daqueles canteiros, dentro daqueles espaços. Além disso, encontrei várias caixas elétricas sem tampa, abertas, em carga bem como várias caixas da água em que algumas delas pingam diariamente vinte e quatro sobre vinte e quatro horas a perder água, sem tampa também, as paredes continuam sujas em alguns espaços. Voltamos mais acima junto à zona do anfiteatro, temos uma outra caixa elétrica mesmo junto ao edifício que ali está, que antigamente eram as casas de banho e que, neste momento, é utilizado pelos serviços da Câmara, sem qualquer tipo de tampa tudo ligado a céu aberto. Descemos e encontramos aqueles pequenos espaços que foram criados, "lagos", maltratados, águas muito sujas em que mosquito já abunda ali dentro. Continuamos a descer, estamos a falar de uma zona que foi requalificada em dois mil e treze, e encontramos ainda mais situações onde eram antigamente eram as capoeiras, ao longo dos muros que estão caídos e que estão dentro do próprio caminho onde as pessoas deveriam circular, além do verdete escorregadio que lá permanece, parece mais um campo de futebol, encontramos, também, em duas capoeiras patos em que tudo o que sai de resíduos daquelas

capoeiras, vêm para fora para o espaço onde as pessoas circulam, penso que não seja muito viável, além de termos também árvores naquela zona, troncos, com mais de metro e meio no meio do piso. Voltamos a descer e chegamos às antigas casas de banho, que agora aquele espaço é frequentado por uma associação, e mais abaixo onde era o antigo Matadouro estão os escuteiros, temos ali uma zona em frente com madeira que parece uns degraus, essa madeira está toda podre, buracos com mais de um metro onde uma criança se passar por ali se não tiver o cuidado necessário provavelmente se irá magoar, bem como aquele espaço das antigas casas de banho, daquela zona, também está cheio de ervas, há muros a cair, alguns deles, e penso que seria altura da Câmara Municipal resolver esta situação.

Por enquanto ficarei por aqui, se houver necessidade depois tenho mais uns pontos que falarei à posteriori.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, eu não sei se o vosso som aí é igual ao meu, eu estou com dificuldades em perceber, podemos fazer alguma coisa por isso Fernando Camolas? é claro que a maneira como nós falámos é determinante, isto é, nós no caso da máscara contrariamente àquilo que ela nos sugere nós temos que abrir a boca para falar porque se não abrirmos a boca para falar o som sai menos bom, mas é verdade que a máscara condiciona-nos imenso. Eu tive muita dificuldade em perceber, nós também estamos ao contrário por isso é que peço que confirmem. Só vou pedir aos Srs. Membros da Assembleia que quando falarem falem com mais força para nós ouvirmos aqui.

Agora tenho um pedido de intervenção do Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa e depois, novamente, PSD/CDS."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Uma boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente Câmara, digníssimos Vereadores e Vereadoras, Srs. funcionários e colaboradores do município, uma boa noite a todos.

É uma espécie de voto de congratulação que acabei por não fazer chegar à Mesa até porque tinha pensado trazê-lo para amanhã, porque pensei que não houvesse muitas intervenções neste período, mas em função das intervenções que existiram pensei que fica hoje feito o voto de congratulação e tem a ver com o facto de o Governo e o Partido Socialista, através dos Ministérios da Educação e da Coesão Social, terem emanado um despacho conjunto onde são listadas as escolas onde o amianto vai ser removido ao abrigo de um programa que custará cerca de sessenta milhões de euros e será financiado por verbas comunitárias. São elas a Básica José Maria dos Santos em Pinhal Novo, que já tinha tido uma intervenção nomeadamente na zona dos corredores e na zona relativa aos balneários de apoio aos campos desportivos, e a Hermenegildo Capelo, em Palmela.

O amianto, enfim, é material usado na construção civil, constituído por feixe de fibras, as fibras são muito finas e longas, produzem um pó de partículas muito pequenas que flutuam, aderem à roupa, enfim, é material usado muito nas escolas, nos anos oitenta e noventa, não havendo, na altura, uma perceção rigorosa da sua perigosidade para a saúde pública. A partir de dois mil e cinco, as fibras de amianto foram proibidas por lei na construção de estruturas arquitetónicas e iniciou-se, então, a partir dessa altura um plano de remoção do amianto dos edifícios onde ele esteve presente sendo que, naturalmente, as escolas constituem uma prioridade nesse processo. No ciclo de investimentos, catorze/vinte, o Governo do Partido Socialista deu prioridade à remoção do amianto nas escolas, tendo substituído cerca de quatrocentos e quarenta mil metros quadrados de coberturas, constituída por placas de fibrocimento, em mais de duzentas escolas públicas do segundo e terceiro ciclo do ensino básico. O programa de estabilização não valerá a pena falarmos aqui. Dizer-vos que os custos de remoção serão suportados pelos fundos europeus e que em termos de Membros da Assembleia Municipal de Palmela congratulamo-nos com este plano de ação do Governo que tem como principal objetivo erradicar um grave problema de saúde pública que já existe há

demasiado tempo mostrando-se, uma vez mais, a sua matriz humanista e social. Dirão: há muito tempo que se podia fazer e há sempre estas questões do tempo, da remoção e da possibilidade de se fazer antes, mas enfim, quando se faz é sempre a tempo de alguma coisa ou esperamos que seja a tempo de alguma coisa.

Numa época de grandes incertezas e enormes receios, o Governo do Partido Socialista tem colocado as pessoas sempre em primeiro lugar, como está bem demonstrado nas medidas que adotou e está a adotar, para fazer face à tarefa gigantesca de enfrentar esta terrível pandemia. A defesa das pessoas no que tem a ver com a sua saúde, o seu bem-estar e a sua segurança é pois uma marca forte deste Governo, sendo que esta medida/reivindicação da retirada do amianto nas escolas pública é só mais um exemplo dessa preocupação.

Era muito interessante que outros governantes, noutras paragens, noutras latitudes, com outras responsabilidades, sentissem esta necessidade de pôr as pessoas sempre em primeiro lugar.

Era só, muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Passo agora a palavra, Maria Rosa Pinto PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora muito boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente da Mesa desta Assembleia, Dra. Ana Teresa Vicente, cumprimento todos os presentes.

Trazem-me aqui algumas questões, começando pela limpeza, contentores, deposição de lixo. Há umas três semanas, talvez, contatei o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo para ver se conseguia saber algumas informações e no caso pontual de que me tinham apresentado algumas reclamações posso dizer que não foi de um dia para o outro mas foi prontamente resolvido. Eu acho que nós, às vezes, também podemos dizer pontualmente o que vimos embora às vezes seja difícil, por exemplo no caso das luminárias eu sempre achei difícil porque tinha de parar o carro se bem se lembram, mas sei e foi-me dada a informação que houve problemas com a empresa da recolha de lixo, em todo o caso também há pessoas que já roubam caixotes do lixo. Ali perto de uma praceta nos Portais chegámos a ter três caixotes, depois passamos a ter dois, depois tivemos três outra vez e depois tive que reclamar. As pessoas depositam os seus lixos em redor do caixote porque eu notei que nalgumas zonas do concelho o trajeto não era feito, dá-me ideia que a empresa passava numas ruas, não passava noutras, e foi essa também a informação que me foi dada e penso que a Câmara, segundo informação que me foi dada, esteja a resolver.

Na questão das pessoas é sempre um caso muito complicado, hoje, por exemplo, vinha de Cabanas vi lixo de obras depositado naquela obra abandonada que andaram lá a tirar umas telhas a seguir ao Anjo Doce – Pastelaria e que na parte da frente não é muito grande mas há bocados de tijolos, de terra, e de tudo.

Agora na questão das ervas eu nalgumas zonas noto que há mais corte como nós, na altura, aprovámos aqui, também, relativamente aos chamados acordos com as Juntas de Freguesia para termos mais trabalhadores, eu estou um bocadinho apreensiva quando vier o Verão, porque depois os trabalhadores fazem aquele horário contínuo, está calor, se nós não dermos conta disto agora, vai ser muito difícil. Por exemplo, o circuito de manutenção da Quinta do Anjo está devidamente limpo só que tem um problema, isto "não há bela sem senão", animais, motos e bicicletas por tudo quanto é sítio. O que é que eu requeria aqui à Câmara, os animais antigamente não poderiam entrar agora já não sei se podem se não, porque entra tudo, inclusive durante a pandemia o circuito foi fechado e as pessoas cortavam as fitas que lá estavam que os trabalhadores da Junta repuseram não sei quantas vezes. Mas naquele circuito tem que ser ali posta uma placa com mais informação, porque ela realmente também já não tem leitura nenhuma, até pintar, se calhar, essa parte em que não poderiam entrar motos e bicicletas porque todos os dias entram lá motas no circuito e são daquelas barulhentas.

Agora há outras coisas, por exemplo, na estrada de Vila Amélia há um poste elétrico (que acredito que tenha sido a empresa que foi substituí-lo) que está depositado para aí há seis meses no chão e na estrada que liga Quinta do Anjo a Olhos de Água está um poste derrubado há outros tantos meses, bem antes da pandemia pelo menos, se bem me lembro.

A questão das luminárias ainda há muitas fundidas e queria, também, colocar aqui essa questão. Agora mudando de assunto pergunto ao Sr. Presidente se relativamente ao Pavilhão Desportivo da Escola de Palmela há mais alguma evolução. Na última reunião do Conselho Municipal da Juventude foi aprovada uma moção e, aliás nesta Assembleia também já foi, queríamos saber se havia alguma evolução nesse sentido.

Há zonas, e eu aí concordo com o Mário do MIM, e há coisas que nós podíamos fazer todos melhor, neste caso terão que ser, penso que até funcionários da Câmara conseguem fazer isso, digo eu, os bancos mesmo nos Portais, ou noutros sítios, não têm manutenção nenhuma. Uns são mais utilizados que outros, mas dá um ar de desleixo e eu acho que nos bancos públicos o que podia fazer-se, pelo menos, era lixar, pintar, porque aquilo são placas de madeira normalmente, agora alguns já em plástico. E depois também os abrigos de passageiros isso então eu sei que as pessoas vandalizam, mas eu já trouxe aqui isto várias vezes, em Cabanas há um que está vandalizado há séculos, há mais de dois ou três anos.

Por último, se me lembrar de alguma coisa também direi, queria aqui congratular-me, e nós todos com certeza nos congratularemos, com os prémios que a Adega Ermelinda Freitas ganhou novamente e acho que isso é um orgulho para o concelho e penso que a Assembleia Municipal e a Sra. Presidente em nome de nós todos poderia apresentar as congratulações por todos os prémios recebidos."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, fá-lo-ei."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente às escolas também me congratulo, eu que sou do tempo do anterior Governo estávamos sempre a levar com os telhados das escolas, demorou sete anos quase, ou seis, mas, pronto, tenho de me congratular também com isso, mais vale tarde do que nunca.

E, para já, é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão? Mais alguma intervenção?

Então vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se quer, nesta fase, aproveitar para responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, quem nos acompanha, trabalhadoras e trabalhadores do Município, a todas e a todos cordiais saudações.

As questões colocadas, relativamente à questão dos RCD's - Resíduos de Construção e Demolição, há, de facto, uma estratégia nacional. Desde logo, há alguns anos, começou por se encontrar a forma de valorização deste tipo de resíduos até para incentivar quem acaba por depositá-los incorretamente poderem depositá-los nos sítios certos, nomeadamente em empresas intermunicipais, ou multimunicipais, no nosso caso é multimunicipal, a AMARSUL que faz, também, o tratamento desses resíduos e recebe-os a um valor/tonelada muito mais baixo do que outro tipo de resíduos. O município tem procurado dar algum sinal criando não só regras mas, também, mecanismos e investindo nisso para que quem faz pequenas obras ou

grandes obras cumpra a lei e os regulamentos sobre a matéria, desde logo nos licenciamentos urbanísticos, porque é obrigatório um plano de gestão de resíduos em qualquer obra, o problema é que depois aquilo vem tudo a responsabilidade dos técnicos e não podemos ter propriamente um fiscal para cada cidadão, o que já não acontece nas nossas obras, nas obras públicas, porque aí sim, têm que nos entregar os comprovativos da deposição dos resíduos nos aterros, mas nas obras particulares, de facto, até pela precariedade do funcionamento de algumas obras e de algumas empresas, é um setor muito difícil de controlar. Ainda assim, o município nos últimos anos criou esta questão dos "Big Bag" para os resíduos de construção/demolição a um valor que é, para terem uma ideia, se calhar, metade ou menos do custo real do serviço, não é o custo do saco é o de um camião com grua ir buscar, ir levar, ir depositar em aterro, é um incentivo, também, porque se for uma coisa muito cara, naturalmente, as pessoas ainda terão um comportamento menos digno nesta matéria. Depois temos notificado, quando fala das nossas matas, em terrenos públicos, municipais, os que são nossos temos limpo, felizmente, até já nesta época dos incêndios demos prioridade à limpeza dos nossos terrenos e já estamos a intervir em terrenos particulares e privados, mas se a generalidade dos proprietários tivesse os seus terrenos vedados seria muito mais difícil este tipo de procedimento que, como aqui referiu, é crime. Para além de algumas campanhas que temos feito desta questão dos sacos "Big Bag" ao criarmos o centro de transferência de resíduos em Pinhal Novo, fizemos uma experiência, demos um sinal, que nos custa muito caro, porque o contentor de seis metros cúbicos é um serviço caro para nós, se calhar para uma empresa por cada obra se tivesse um contentor desses devidamente alugado as coisas eram mais económicas, mas nós estamos também aí a possibilitar a deposição gratuita, é importante referir que isto tem custos, e temos procurado, também, com a nossa fiscalização acompanhar algumas situações desta natureza. Já encontrámos alguns prevaricadores, já fizemos alguns autos e algumas coimas, mas o fenómeno tem uma dimensão que também nos preocupa.Foi ontem, ou anteontem, que o Sr. Vereador teve uma reunião também entre fiscalização, SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, Proteção Civil e serviços urbanos para se trabalhar conjuntamente nestas ações da fiscalização, que passam também pela questão dos incêndios, mas tem muito a ver com a deposição de todo o tipo de material nalguns locais que oferecem perigo porque são, também, situações que não só o prejudicam o combate ao incêndio como, também, algumas situações em que os materiais são altamente inflamáveis. A este propósito, nós estamos sempre a correr atrás do prejuízo. A reta do Picanço que alguns de vocês conhecerão, que liga Cabanas à estrada da Makro, por exemplo, entre outros locais de Vila Amélia, e mesmo o aceiro do Raul, como já aqui foi devidamente referido e estivemos lá a intervir se não estou em erro no fim de semana passado, não há nenhuma empresa ao serviço da Câmara que possa fazer este tipo de trabalho, porque as quantidades são toneladas que nunca mais acaba e tem sido inclusivamente o material mecânico da rede viária e os colegas da rede viária que utilizando meios pesados, camiões de vinte toneladas, retroescavadoras, que vão fazer a apanha desse tipo de resíduos. Se não estou em erro, no caso da reta do Picanço, Sr. Presidente António Mestre, foram mil e duzentas toneladas de resíduos que custaram, naturalmente, ao erário publico algum dinheiro para depositar em aterro e, mesmo assim, fizemos aquilo que nos competia fazer que é uma faixa de dez metros à beira do caminho municipal e já entrámos em terreno privado, não fomos para o meio das matas. Agora tem de haver, também, aqui, algum apoio na fiscalização e alguma alteração na legislação, nós temos debatido isto com o Sr. Vereador na fiscalização, até sistemas de vigilância eletrónica, etc., etc., e tudo isto para se licenciar é um calvário por causa da questão da proteção de dados. Garanto-vos que temos refletido sob várias formas de procurar agir e identificar os prevaricadores e é sempre um caminho muito penoso. As próprias placas que temos colocado nalguns sítios, dizendo que é proibida a deposição de resíduos naquele local seja de que natureza for, que custam também uma fortuna, que são em chapa, que são chumbadas, com cimento, com tubo, com sapatas grandes, são levadas pelos próprios prevaricadores. Não tem sido fácil, não vamos baixar os braços, naturalmente, mas creio que isto está sobretudo ao nível da sensibilização e consciencialização destas pequenas e grandes empresas e de alguns cidadãos e estará, também, com o reforço da cominação, mas para isso precisamos das forças de segurança, a própria GNR ao ter sido envolvida nesta matéria procura dar um contributo, mas também me diz: nós para estarmos de serviço ao "COVID-19" ou para estarmos de serviço a outras ações de trânsito, para estarmos de serviço a outras matérias não conseguimos a não ser quando duas pessoas do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente a andarem aí connosco a procurar identificar algumas situações. É uma questão gravosa e para quem tem um território grande e disperso como o nosso, se isso acontece em Sintra e penso que acompanharam isso pela comunicação social, imaginem o concelho de Palmela mais disperso, mais escondido, que é aquilo que

fazem no Aceiro do Raul que é completamente inconcebível. É que não é o ato do cidadão que sabe que aquilo tem recolha uma vez por semana ou duas vezes por semana e que pode colocar um, dois metros cúbicos ao lado do contentor, são empresas e nós temos tentado apanhar e sabemos e tanto que sabemos porque aí nem o nosso prestador de serviços consegue levar aquela carga porque têm de ser três, quatro, cinco carradas com retroescavadoras, não há grua que faça aquele tipo de trabalho. Esse local está sob vigilância e está definido também a colocação de uma placa a avisar, até porque está em vigilância e temos tido a colaboração dos moradores. Ali bem perto, recentemente, conseguimos que alguém que foi despejar umas toneladas, bastantes metros cúbicos de pavê partido, de restos de obras do seu terreno, conseguimos identificar e conseguimos fazer com que esse prevaricador voltasse a carregar tudo e tirar daquele local e levar para o seu quintal. Depois se ficou lá ou vai para outro sítio também não lhe consigo garantir mas, pelo menos, tirou do espaço público. É uma batalha, e nós temos de continuar a fazer guerra ao lixo e temos que multar e apanhar mais gente em flagrante a ver se faz um bocadinho de escola, mas estamos sobretudo, infelizmente, a correr atrás do prejuízo porque estamos a investir mais. A investir mais porque, como poderão ver até no relatório de atividades de dois mil e dezanove e vão ter oportunidade depois ver o de dois mil e vinte, nós temos feito evoluir todos os recordes de toneladas e ainda há muita coisa por fazer, e há sempre atrasos, e há sempre zonas que não foram bem limpas. Isto é estranho, isto não duplicou de população, o pessoal não enriqueceu assim tanto para fazer tanta obra e mudar de frigorífico e de sofá todos os dias, mas é um facto que praticamente duplicámos as toneladas de deposição de resíduos. Eu falo nisto porque este indicador do consumo versus resíduos é muito utilizado no setor, às vezes, para medir determinadas épocas, determinados anos. Eu recordo-me no tempo de menor consumo que a AMARSUL estava preocupada, e a Sra. Presidente recorda-se disso certamente, que como os municípios não estavam a atingir a tonelagem habitual se baixássemos cinco por cento daquilo que estava no contrato de concessão tínhamos de pagar na mesma, mesmo sem pôr lá às toneladas. Eu já vivi essa situação, nuns anos de que não temos saudades, agora é o inverso estamos praticamente a duplicar. É bom que dupliquemos como vamos ter oportunidade de ver no relatório é na reciclagem, porque não obstante aquela desordem daqueles contentores da AMARSUL aí mal semeados e com um processo pouco útil e de difícil utilização, queria eu dizer, o certo é que aumentámos duzentos e muitos por cento logo nos primeiros meses os valores da recolha seletiva.

Sr. Mário Baltazar, estacionamento em Palmela não é novidade é um desafio. Naturalmente que nós temos um plano de segurança para o Centro Histórico e esse plano de segurança está articulado com o plano de sinalização que existe e que inibe o estacionamento em determinadas vias estratégicas para o ataque aos incêndios, aquilo que for, mas não há plano que resista quando as pessoas não cumprem a sinalização e, também, os Bombeiros têm instrução quando for preciso levam os carros à frente ou mandam rebocar rapidamente, não há soluções milagrosas nem de aquisição em supermercado. Nós procuramos encontrar bolsas, procuramos encontrar terrenos de particulares que nos queiram vender, nós já tentámos, por exemplo, precisamente à entrada cá em baixo do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, junto ao MOJU, adquirir terrenos para fazer algumas bolsas de apoio, mas um Centro Histórico é um Centro Histórico. Como deve calcular no Bairro Alto ou no Centro Histórico de Guimarães a coisa é pior ainda porque ninguém pode deixar o carro. Mas se nós queremos, também, que o Centro Histórico tenha habitantes, tenha novos residentes etc., esta questão das viaturas não está bem resolvida em quase sítio nenhum e eu hoje senti isso bem na pele porque ciclicamente as autoridades fazem umas visitas a uns bairros, foi no Pinhal Novo há dois anos, depois foi no Bairro Alentejano, depois foi nos Portais, agora é ali atrás da Câmara e acho que nos últimos meses foi na Quinta da Cerca na Venda do Alcaide, e depois demoraram três meses a mandar as multas e agora o pessoal está a receber às três e às quatro de cada vez, estamos outra vez aí numa fase complexa. Já hoje falei com o Sr. Comandante para tentar perceber qual é a estratégia de, ciclicamente, sermos confrontados com o descontentamento das pessoas que são surpreendidas por esta questão de multas em locais onde têm mesmo de estacionar, salvo raríssimas exceções em que são claras infrações e claros abusos. Nós estamos naturalmente preocupados com isso, temos uma outra ideia da alteração dos sentidos de trânsito que íamos conferir agora na semana de Palmela que foi adiada para setembro por causa da pandemia e que o Sr. Presidente da Junta também já tinha sugerido ao município estudarmos, temos um plano para implementar isso resolve umas coisas, não resolverá tudo mas é, de facto, um grande desafio esta questão do estacionamento nos Centros Históricos.

Quanto à questão dos Bombeiros, quem relatou este assunto deve ter tido um lapso de memória porque há atraso quando alguém se compromete a uma coisa e depois não paga, não há atraso. O que há foi aquilo que foi devidamente articulado em janeiro, os GBP's (Grupo de Bombeiros Permanente) são pagos mensalmente, nós prometemos uma coisa que estava incluída nos GBP's que é pagar os cinquenta por cento das EPI's à parte e dissemos que isso era possível depois da alteração modificativa, que aliás vem hoje aqui a esta magna Assembleia, portanto, talvez, o contacto entre essas Associações de Bombeiros que tenham essa dúvida e os serviços municipais respetivos esclareçam que o pagamento referente aos cinquenta por cento das equipas de intervenção permanente que dantes não eram pagos, porque já estavam nos GBP's, vão começar a ser processados agora depois dos órgãos se terem pronunciado sobre esta matéria e mais dia menos dia isso está tudo pago.

As questões do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, agradeço-lhe a lista exaustiva que, num aspeto ou noutro, pode complementar a lista que o Sr. Vereador já tem, porque esteve lá há poucos dias e eu próprio também estive lá na semana passada a visitar o espaço. Sinalizámos algumas das preocupações que aqui também sinalizou e estamos a procurar fazer um levantamento até para adjudicar ao exterior algumas intervenções, sendo que as patologias daquele espaço têm muito a ver com o tipo de pavimento que temos ali uma zona de erosão, a própria vegetação que é altamente infestante, é cortada mas cresce rapidamente, mas, de facto, também tem havido ali, e até curiosamente no estado de emergência e de confinamento, houve comportamentos que agravaram o estado de degradação com algum vandalismo, a própria porta da casa de banho foi partida já duas vezes. Andamos lá a fazer um levantamento e o Sr. Vereador tem isto previsto, o que possa ser feito internamente será feito, o que tiver que ser dado ao exterior há verba para o efeito e, também, conto com a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela no que diz respeito ao mobiliário urbano, porque está devidamente protocolado.

Sr. José Carlos de Sousa, também eu me congratulo com esta medida do Governo que percebemos agora, e já agora para fazer aqui um bocadinho de complemento da informação, isto vinha sendo reclamado pelos municípios, quer por municípios que já tinham avançado porque tinham recebido competências, outros que avançaram sem ter competências e agora estão um bocado aflitos porque também querem e este aviso se calhar não vai dar para isso, mas isto era precisamente para aqueles que como nós tinham sinalizado estes assuntos e fizemos esse trabalho junto da Área Metropolitana como, também, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com quem o Governo assinou o protocolo, para ver então se não se perde esta oportunidade de fundos comunitários a cem por cento para se fazer este trabalho. Mas há que congratular o Governo, há que congratular também os municípios, porque sem os municípios isto não se faz. É que o Governo não vai fazer obras, e viu que não conseguia fazer todas, por isso é que teve de arranjar esta solução. Os municípios agora estão com uma pressão enorme e estamos a trabalhar nisso, como na terça-feira trabalhámos já hoje recebi informações sobre isso, temos os metros quadrados, temos o levantamento da questão, vão ser os municípios, que não têm por onde se coçar com tanta obra, felizmente, com tanta empreitada, com tanta falta de técnicos, que vão ter de lançar isto em tempo record e a questão que eu colocava hoje já junto do grupo de trabalho dos fundos comunitários é se o prazo de trinta e um de maio, se não estou em erro, a trinta de junho de dois mil e vinte e um, se será exequível. Nós vamos fazer todos os possíveis para lançar mais duas empreitadas cujo levantamento é preciso fazer, caderno de encargos é preciso fazer, porque os metros quadrados a gente sabe mas o resto, aquilo tem ali muitos trabalhos complementares que têm de ser feitos e essa será uma questão que os municípios, cada um também hão-de pronunciar-se, mas quero aqui afirmar a V.Exa. que, não obstante as dificuldades que temos por bons motivos porque estamos com mesmo muitas empreitadas os senhores vão ter oportunidade de ver isso se calhar no futuro relatório, todas as semanas também tem visto na comunicação social o conjunto de obras que, finalmente, estão em concurso, vamos a jogo e não vamos perder esta oportunidade que é uma oportunidade histórica e muito bem conseguida pelo Governo junto da União Europeia.

Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, como disse, de facto, na área da recolha de resíduos sólidos e limpeza e monos em torno dos contentores, houve problemas que não terminaram com a empresa que eu já nem digo o nome, não é para a envergonhar é para não fazer publicidade, que continua a ganhar os concursos, isto é que é complicado, e em particular na localidade de Cabanas foram semanas muito difíceis. O município, mesmo amanhã, tem uma reunião ao mais alto nível com a administração da empresa, felizmente um dos lotes no próximo concurso não foi ganho pela empresa, eu digo felizmente mas se calhar é infelizmente é por causa deles saberem que vão sair é que se estão a portar mal e isto acontece

ciclicamente. Estamos a procurar aplicar todas as penalizações contratuais e há duas semanas adjudicámos a outra empresa trabalhos pontuais, em lotes que vão a quarenta mil euros, para colmatar trabalho que não foi feito ou que continuará a não ser devidamente feito por essa empresa e, também, por alguma falha pelo circuito que é feito pela Câmara que, por vezes, também tem os seus carros e as suas gruas avariadas. Esta é uma área onde estamos a gastar este ano, só nos primeiros meses, mais de cento e cinquenta mil euros do que no ano passado e até final do ano por causa de um projeto que eu falarei em devido tempo e que está a começar também em breve, será divulgado em julho, que tem a ver um pouco com algumas experiências de recolha porta-a-porta, nós na área dos resíduos vamos rapidamente chegar quase mais setecentos a oitocentos mil euros por ano para experimentar se assim acabamos com algumas deposições na via pública. Eu tenho esperança que, sobretudo, nas zonas de pequenas moradias nos centros urbanos, moradias unifamiliares onde as pessoas podem ter os contentores em casa, pô-los a determinadas horas na rua, um dia de resíduos sólidos urbanos, outro dia de plástico e papel, penso que o vidrão é que ainda não vai desaparecer. Eu, por acaso, não estou muito satisfeito porque acho que o vidrão deveria mesmo desaparecer da rua, porque senão que é que vai acontecer? Os contentores desaparecem na rua naqueles bairros, já ninguém vai pôr monos e vão desaparecer ao lado do contentor, mas se tiver lá o vidrão, se calhar, não conseguimos o objetivo. Ainda estamos a estudar o que é que vamos fazer com isto, mas temos pena que a AMARSUL não faça a recolha porta a porta para o vidro, só faz para o papel e para o plástico, mas ainda lá iremos. Os problemas foram bem sinalizados por munícipes, por V.Exa., estamos a atuar e a investir mais.

Estrada dos Quatro Castelos, poste, tomei nota, luminárias fundidas, enfim, a EDP também vai respondendo como pode.

Pavilhão Desportivo da Secundária de Palmela, temos o estudo prévio aprovado pelos nossos serviços e por mim, nas próximas semanas procuraremos lançar o concurso para projeto. Da parte do Governo numa periodicidade quase semanal, no máximo de quinze em quinze dias, falamos com os Chefes de Gabinete respetivos e aguardamos a Portaria de extensão de encargos com o real valor e enquanto isso não estiver o Governo, obviamente, não vai assinar o protocolo connosco mas, para já foi aprovado pelo menos pela maioria desta Assembleia um empréstimo, também, em que decidimos avançar independentemente de o protocolo não estar assinado com o Ministério da Educação e, por isso, em breve teremos o anúncio do procedimento para o projeto.

A questão dos abrigos de passageiros como outras matérias, aquilo que nos fizer chegar daremos toda a atenção, há acidentes que continuam, há atos de vandalismo que continuam. Recordo que no mandato anterior as suas intervenções foram pertinentes nessa matéria e que nós, depois, até acabámos por fazer uma empreitada grande de reparação que deu aí uma boa limpeza nesse assunto no concelho, mas passaram dois anos, ou três, e enquanto os abrigos não estiverem concessionadas a empresas, com publicidade e tal, isto sobra sempre para os municípios enquanto não for para as freguesias.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que estamos em condições de terminar este período antes da ordem do dia, certo?"

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Como V. Exa. bem referiu, procuraremos já hoje apresentar a atividade de fevereiro a maio e dar conta deste relatório neste período e que foi um período marcado por esta nova realidade que não sabemos se veio para ficar muito tempo ou não, mas temos que nos habituar a conviver com ela, o COVID-19, que marcou, de facto, uma parte muito significativa do período deste relatório com grandes impactos no nosso quotidiano pessoal e profissional, bem como no país e no mundo. Rapidamente o município acionou o seu plano de contingência em março, estabeleceu como prioridade a segurança das pessoas em particular quem continuava na linha da frente e a trabalhar e também nos serviços e nas respostas sociais essenciais, envidámos todos os esforços para a proteção dos cidadãos e cidadãs e dos trabalhadores para mitigar a doença e apoiar a economia.

Internamente, apesar das dificuldades, conseguiu-se a manutenção de níveis de serviço muito aceitáveis e as equipas de saúde ocupacional e outras que tiveram aqui um enorme desafio de reinvenção e adaptação que a organização superou no contexto de constante aprendizagem.

Criámos equipas de trabalho, em teletrabalho, ao funcionamento em espelho, rotatividades, desdobramento de horários, reforço de atendimentos telefónicos, via e-mail, para compensar o encerramento de balcões, criámos novos projetos de interação com os diferentes públicos por via digital em áreas como a cultura, património, bibliotecas, desporto ou a ação social e em contacto permanente com as diversas entidades e agentes no terreno. Os trabalhadoras/es e dirigentes demonstraram enorme maturidade e responsabilidade perante o trabalho, bem como a preparação de base do Município para a necessária transição digital que foi acelerada neste período. Aqui foram determinantes também o reforço do investimento em computadores, telemóveis, hotspots, o acesso remoto VPN e o apoio permanente ao/à utilizador/a porque como é óbvio alguém tem de continuar aqui a resolver problemas e ter uma resposta ao segundo e ao minuto.

Também os setores operacionais reformularam as suas práticas, estiveram na linha da frente deste combate assegurando a desinfeção permanente do espaço público, os serviços essenciais, limpeza, água, recolha mecânica, adequação dos espaços de trabalho, distribuição de equipamento de proteção individual e outro material, que alargámos num período muito difícil em que nem o mercado nem os preços conseguiam servir os objetivos destas instituições e daí que, também, estendemos este apoio logístico e em material às Associações de Bombeiros, IPSS, Movimento Associativo e muitos outros parceiros.

O apoio logístico à realização dos testes entre outros foi, de facto, determinante e ainda hoje foi elogiado no Conselho Metropolitano o envolvimento dos municípios nesta frente.

O desenvolvimento e implementação de procedimentos internos no âmbito da saúde ocupacional, o acompanhamento a situação nacional e local com adaptação à legislação em permanente mudança, informação e esclarecimento ao público interno e externo são outras face deste interesse trabalho desenvolvido neste período.

Não obstante o peso operacional emocional exercido pela pandemia, ainda assim, nestes meses, houve importantes medidas e concretizações. Queria aqui destacar na área do pessoal, o compromisso do pagamento a oitenta trabalhadoras/es dos valores correspondentes à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária do Município. Fomos condicionados na realização do processo "Eu Participo!" nos moldes habituais e vamos procurar retomar em outubro, a "Caixa de Ideias" ainda assim funcionou na organização com oito propostas de melhoria interna. As "Semanas das Freguesias", chegámos a março tivemos de interromper com Quinta do Anjo e retomamos agora num modelo mais restrito e reduzido em maio, mas não deixou de haver ainda assim contactos com populações, com instituições e outras forças vivas.

Para se ter uma ideia embora com as escolas encerradas, on-line os miúdos nos projetos de participação infantil na área dos direitos humanos e da criança e dos ODS, não deixaram de dinamizar os seus projetos,

aliás acho que alguns até serviram um bocadinho para não perderem a relação que tinham não só com a escola, mas também com os nossos animadores desta frente de trabalho.

Dia Municipal do Bombeiro, não o fizemos da forma que costumamos fazer porque o contacto humano é sempre outra coisa e o convívio entre as corporações, fizemo-lo de uma forma simbólica e procurámos reviver um pouco a história, a tradição e o património de trabalho que temos neste concelho sobre a matéria, através de documentos audiovisuais, on-line, mas quero aqui a este propósito referir a aprovação que há de vir também a esta Assembleia do "Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela". Foi, também, aprovado um apoio ao investimento às três associações, no valor global de noventa mil euros, foi aprovado o Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Serviço Municipal de Proteção Civil continuou a acompanhar diariamente, e acompanha, mesmo ao fim de semana a situação da saúde pública no concelho, articulou com todos os agentes de Proteção Civil no terreno, o trabalho é intenso, visitas a lares, particulares, serviço de apoio domiciliário, a outras instalações até de outras entidades privadas dando aqui prioridade a esta frente sem descurar outras matérias correntes da Proteção Civil como as questões dos terrenos, dos perigos.

O reforço da rede móvel afigura-se cada vez mais importante no mundo atual, e temos a este propósito de destacar a instalação de mais redes WI-FI de acesso gratuito no nosso território. Estas últimas, através do programa Wi-Fi4EU, nas freguesias de Pinhal Novo, Quinta do Anjo e particularmente importante para a coesão territorial, o facto de têrmo-lo feito, também, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca no Parque Mário Bento, no Jardim Ferreira da Costa, junto à antiga escola de Fernando Pó e na própria Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

Na educação, múltiplas beneficiações diversas em várias escolas que aqui estão referidas, o projeto de ampliação do refeitório e alteração do recreio coberto da Básica Zeca Afonso, foi concluído neste período, entretanto a obra até já está em concurso. Remodelação também de vãos e caixilharias das janelas da Alberto Valente, está aqui referido porque não é uma simples reparação é uma remodelação total dos sistemas, ainda vai ter algum peso, houve a atribuição de bolsas de estudo, vinte e uma bolsas a alunos do concelho no âmbito do regulamento. Com a reabertura das aulas presenciais para o décimo primeiro e décimo segundo anos, para terem uma ideia com os TST a não cumprirem até por decisão governamental numa fase em que não ultrapassaram os quarenta a cinquenta por cento da oferta, sem haver os circuitos regulares habitualmente institucionalizados em tempo record conseguimos programar aqui algumas respostas que passaram inclusivamente pelo transporte assegurado pelo próprio município. Depois, aquando da reabertura do pré-escolar queremos aqui destacar uma medida que entendemos assumir não só a proteção das nossas trabalhadoras/es, mas, sobretudo, para dar alguma confiança à população de que estes equipamentos reabriam com todas as normas de higiene e segurança e, para além do trabalho que foi feito, de higienização, valorização dos espaços, etc., entendemos testar todas as auxiliares ao serviço dos equipamentos da rede pública.

Depois na área da sustentabilidade ambiental, celebrámos um protocolo, que tem a ver um pouco com esta área da educação, com a Direção-Geral da Política do Mar para a adesão ao programa "Escola Azul". Não houve as festas de encerramento Fantasiarte, com muita pena nossa, e dos projetos da comunidade educativa, é pena, eram vinte e cinco anos, seria uma festa de arromba, mas ainda assim houve muito trabalho feito e foi possível comunicar com a comunidade educativa com milhares de crianças que ao longo dos anos passaram pelo projeto e desfrutaram deste novo olhar perante a arte e a cultura.

Celebramos um Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo relativo à Unidade Móvel de Saúde que irá prestar serviços de saúde e ação social no concelho. Estou a falar-vos de uma das vertentes do projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, e isto vem muito a propósito até das respostas à população idosa e mais isolada no concelho e esta atenção no período de confinamento teve de ser redobrada, através de múltiplas ações de contacto de assistência e envolvimento em propostas de animação, das linhas telefónicas gratuitas para apoio em compras e medicamentos "Não saia de casa, nós vamos por si" em articulação com as nossas Juntas de Freguesia que asseguraram, também, connosco entregue em casa de bens essenciais e medicamentos. O "Não saia de casa, em linha para si", um projeto que complementa o projeto de teleassistência implementado já este ano, e que vamos ampliar, mas que foi uma ação, também, inovadora aqui para nós porque não tínhamos esta

linha habitualmente, mas foi, de facto, um enorme desafio de adaptação e resposta a esta situação de exceção.

Queremos aqui destacar um projeto comunitário que envolveu quase noventa costureiras voluntárias na confeção de máscaras sociais, distribuídas pela população mais desfavorecida. Foram definidos com os nossos parceiros sociais quais eram os grupos, as famílias, etc., e para terem uma ideia este grupo com os materiais fornecidos pela Câmara etc., confecionou cinco mil e quinhentas máscaras reutilizáveis.

Depois foi apresentado o Relatório das Áreas de Reabilitação Urbana, o município dinamizou uma sessão pública, particularmente dedicada ao Centro Histórico, mas deu conta também dos processos ARU de Pinhal Novo e temos proposto para os meses de outubro e novembro umas grandes jornadas sobre esta matéria de reabilitação e uma grande ação até de divulgação e promoção dos incentivos que existem e também de formação, e isto é muito importante, para técnicos, para empresas, não é para os requerentes, porque hoje também encontrar que saiba trabalhar em reabilitação urbana nas técnicas que são exigidas pela legislação, pela DGPC, etc., etc., e vamos aqui, também, investir em formação para empreendedores, empresas, projetistas que trabalham neste setor e isso, certamente, vai ajudar a que as coisas tramitem com muito mais rapidez.

Participámos no Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas e Palmela, Sesimbra e Setúbal e a ENA - Agência de Energia e Ambienta da Arrábida, apresentaram uma candidatura conjunta aos EEA Grants - (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu), para apoiar na construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas em que estamos a trabalhar. Também estamos a participar no projeto "Robust", com vista ao desenvolvimento de uma Estratégia Alimentar para a Região de Lisboa.

Este período foi ainda marcado pelo lançamento de muitos concursos e a conclusão de projetos de empreitadas de infraestruturas a que se seguiu já no mês seguinte, mas queremos aqui recordar mais uma vez a regularização da Ribeira da Salgueirinha que continua em curso, num dos prolongamentos das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, na ordem de várias dezenas de milhares de euros, a limpeza de linhas de água que já se iniciou e que vai continuar até outubro e a primeira campanha de desinfestação e desratização, que estas questões do clima e do aquecimento e do combate a estas pragas é cada vez mais desafiante.

Quanto ao sistema de águas, concretizámos uma empreitada de beneficiação de reservatórios e estações de captação de água em todo o concelho, fizeram-se muitos mais prolongamentos e o mais pesado, até do ponto de vista técnico, foi o prolongamento da rua 1º de Maio, EN10, até para a ligação à ETAR da SIMARSUL, em Águas de Moura.

Como se falava ainda há pouco o projeto-piloto de recolha de resíduos porta-a-porta numa primeira fase há-de acontecer lá mais para o final de julho, mas há muito trabalho a ser feito ao longo dos meses há que adquirir contentores, há que preparar procedimentos porque são circuitos especiais feitos por empresas, etc., e temos estado a trabalhar nesse processo. O Jardim José Maria dos Santos depois da conclusão da obra recebeu, também, equipamento inovador, uma papeleira inteligente, não sei se cante ou bata palmas, mas é interessante e comprime o lixo. É importante também destacar que se iniciou a colocação de cerca de noventa beateiras junto de vários equipamentos no concelho e apesar da priorização dos trabalhos de desinfeção do espaço público com as nossas brigadas depauperadas o trabalho de erradicação das ervas daninhas começou numa primeira fase, depois interrompeu, está a retomar agora com algum atraso é um facto mas quero aqui esclarecer até porque esta semana voltou a haver alguma especulação sobre isso, o pessoal não gosta do cheiro do produto mas, por enquanto, ainda não há com outros odores à escolha, mas é um produto eficiente e o herbicida é ecológico sem glifosato, para além de termos também a máquina de monda térmica. Dizia-vos ainda há pouco que as toneladas não param de aumentar e, por exemplo, só neste período já registámos mais cento e vinte toneladas de resíduos abandonados, só estamos a falar dos abandonados, não estamos a contar também com outros que estão aí nos resíduos sólidos urbanos e que deviam ser tratados à parte, mas como também o pessoal mistura tudo no contentor estas toneladas vão aparecer noutro lado.

A empreitada de requalificação dos espaços públicos e exteriores de Fernando Pó foi concluída, assim como a primeira fase do José Maria dos Santos. Concluíram-se muitos outros projetos que estão agora já em

concurso, felizmente, também trabalhámos imenso na poda e remoção de cepos e recuperação de canteiros, onde ainda há muito a fazer.

Apesar do confinamento, houve muita atividade cultural feita por meios digitais, envolvendo associações, músicos, programadores no nosso concelho e houve trabalho, também, nas exposições, do centro histórico, dos museus, etc., Carnaval, noite de serenatas do Poceirão, o Warm Up ainda foi possível fazer no "Março a Partir", as comemorações do Dia Internacional da Mulher, etc., depois chegamos ali a meio de março, ao mês do Teatro com uma programação fantástica, com uma série de estreias que ainda estão por fazer e tivemos de interromper, esperamos voltar a dar a oportunidade aos nossos grupos de encherem os nossos equipamentos e auditórios. Houve as Comemorações dos 20 anos do Centro Cultural do Poceirão. O município fez algumas propostas a nível metropolitano e a nível nacional procurando linhas e medidas de apoio específicas para o movimento associativo, já começou a distribuir equipamento e material de proteção pelo movimento associativo, estava prevista retoma da atividade agora um bocadinho suspensa de novo, não deixámos de assinalar o 25 de Abril da forma que tiveram oportunidade de verificar uma forma muito positiva e condigna.

No desporto ainda se fizeram, sobretudo, alguns eventos mais emblemáticos na área do atletismo e não só, atribuímos mais de uma centena de milhares de euros de apoios ao movimento associativo e procurámos, também, num contexto, embora as associações, IPSS e outras não tenham, pelo menos as outras e as associações culturais e desportivas, suspendido a atividade não deixaram de ter algumas despesas e nós entendemos aplicar o regulamento, avaliar como se as coisas tivessem sido feitas e atribuir os subsídios aprovados por unanimidade, mas procurámos, também, naqueles que têm protocolos e que geralmente alguns programas e alguns protocolos apontam pagamentos para o segundo semestre até final do ano antecipar já os pagamentos porque sabemos da situação débil de algumas associações para poderem fazer face aos seus compromissos.

Na rede viária há agora muitos procedimentos em curso, houve muito trabalho por administração direta, a obra que teve procedimento concursal ao exterior já concluída no período, foi a rua António Severino de Matos, em Cabanas, ou melhor uma perpendicular ali.

O Mercado Municipal de Quinta do Anjo, que já visitámos, teve a primeira fase da empreitada de substituição de coberturas e pintura exterior, foi lançado entretanto concurso para a remodelação da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo para adapta-la finalmente ao funcionamento em coworking e não só. Em parceria com os operadores e operadoras do mercado municipal foi dinamizada aquela iniciativa "O Mercado vai até si" com entregas ao domicílio.

Na área do turismo, aquilo que foi possível fazer ainda até ao início de março teve o principal ponto alto a promoção de Palmela e a sua oferta turística. A presença num dos principais certames do Algarve, que é a Mostra de Silves - Capital da Laranja, houve uns fins de semana gastronómicos e houve um curso importante de vinhos da Associação de Escanções de Portugal, apoiado por nós e realizado aqui. Campanhas de promoção específica de incentivos ao escoamento dos produtos locais, agora até com a suspensão do mercado do queijo vamos entrar numa nova fase também de entregas, procurar aqui promover para que o escoamento continue a fazer-se e se prefira a produção local, mas quero aqui referir outros projetos estratégicos que têm continuidade nesta lógica da produção local e dos circuitos curtos. Trabalhou-se em parceria com as plataformas SmartFarmer e Recolha nos novos modelos de comercialização de produtos. Realizou-se uma Webinar "Oportunidades de Investimento Internacionais para a sua Empresa", em parceria com a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara do Comércio e Indústria, onde participaram vários empresários.

No âmbito das candidaturas, tivemos mais aprovações. Estávamos à espera da resposta positiva, felizmente, da requalificação do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, e por essa razão o concurso vai avançar na próxima semana, a Requalificação da Capela de São João Baptista, também já foi aprovada.

Houve a homologação do protocolo com o Governo para a construção do Posto Territorial da GNR do Poceirão, cujo concurso para o projeto também já foi lançado e temos já um pré-acordo com a ARS-LVT e a ACES Arrábida para a concretização de uma unidade de Saúde Familiar em Quinta do Anjo. Valeu a pena as tomadas de posição políticas, a visita ao local, até com deputados, mas é um processo que ainda está no

início, mas parece haver aqui um pré-acordo, vamos ver se ainda se conseguem alocar fundos para se arrancar com o projeto ainda este mandato.

Depois, apoios a IPSS, testes nos lares privados, licenciados, não licenciados, foi uma bandeira aqui do município e da região, concluímos na sexta-feira passada e fizemos chegar um pacote de setenta propostas para direcionamento de fundos comunitários para apoio a diversos públicos e setores, IPSS, lares, estruturas de acolhimento, micros e pequenas empresas, trabalhadores independentes nas áreas da cultura, hotelaria, turismo, desempregados com necessidade específicas, etc.. É um documento que existe para consulta, algumas propostas têm sido reflexão e apoio das mais diversas áreas, até já vi outros partidos defenderem propostas idênticas, e refiro aqui uma que hoje estive oportunidade de insistir de novo no Conselho Metropolitano e que é importante para o nosso concelho, que é um dos que a par de Almada tem um maior número de identificação de lares não licenciados. Nós defendemos, hoje, a criação de um regime excecional de regularização deste tipo de equipamentos porque nunca a rede social *per si* ou o público conseguirá responder às necessidades do país e da região, e um regime desta natureza como houve para alguns setores económicos que V. Exas. Conheceis, até porque trouxemos aqui depois o reconhecimento do interesse económico e social, poderá ser um caminho para além da mexida da legislação, porque se não nunca se consegue licenciar nada, para que alguns equipamentos desta natureza que fazem falta atinjam o licenciamento.

Sra. Presidente, peço desculpa, mais ainda são quatro meses."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Desta vez nós demos uma tolerância porque o período foi longo.

Srs. Membros da Assembleia, questões de neste período?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Aquilo que eu gostaria de questionar era em relação à rede e parque escolar, à construção/ampliação do parque escolar, em relação à Escola Básica de Cabanas que diz aqui que a ampliação do edifício, a obra está a decorrer. O Bloco gostaria de ter mais informações sobre este projeto, aliás sabemos que foi um projeto que foi começado em dois mil e dezassete, tinha um prazo de trezentos e trinta dias, mas que nunca se chegou ao seu término por causa da insolvência da empresa. Conhecemos o processo, sabemos como é que ele se passou, no entanto gostaríamos de saber em relação à obra a decorrer quais são os timings, os planos, está pronta para arrancar em setembro no início do ano letivo, não está, eram essas as dúvidas que queríamos ver esclarecidas.

Disse, obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Em representação do Partido Socialista, Dulce Marques por favor."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Boa noite a todos, e na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todas as pessoas presentes aqui nesta sala, e vou tentar articular de maneira a que me entendam.

Queria também desejar que todos estejamos aqui em saúde e que nos encontremos bem e sobretudo otimistas quanto ao futuro e com muita esperança e, também, foi com muito otimismo que olhei para este relatório da atividade municipal dos últimos meses e arrisquei, até, a ir ver o que é que se tinha passado há

um ano atrás quando vi um relatório de quase cem páginas pensei, bem este município efetivamente não esteve parado, muito bem e fiquei satisfeita com isso.

Tenho aqui algumas notas, vou tentar ser rápida, no que diz respeito à página nove e à qualidade fico muito satisfeita quando vejo aprovado o sistema de qualidade onde se inclui o regulamento da União Europeia em vigor nos vários estados membros, em Portugal desde maio de dois mil e dezoito e agora, pelos vistos, em Palmela. Ótimo, muito positivo e estou a falar do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Depois na página doze é-nos clarificado que houve uma série de portáteis e de equipamentos disponibilizados aos colaboradores, então dotar os colaboradores de equipamentos facilitadores da sua atividade profissional, em teletrabalho, é fundamental e revela uma grande preocupação pelas condições de trabalho e esperamos pela qualidade do trabalho desenvolvido. Mas gostaríamos muito que este cuidado de acesso ao mundo digital passasse, também, pela melhoria, por exemplo, e já falámos nisto noutras vezes, da rede do Centro Histórico e da Serra do Louro. Efetivamente o meu colega António Godinho já terá até o termo "rede pré histórica". Com o Dr. Calado Mendes, numa das audições que tivemos da Comissão, falámos que há grandes dificuldades aqui no Centro Histórico, há ruas em que se apanha bem a rede, há ruas em que é impossível e nos tempos que correm isso é uma limitação e não se justifica, sobretudo com tantos fundos europeus, com tantas candidaturas, com tantas oportunidades que temos de melhoria, se calhar, é de rever um bocadinho o que é que se passa aqui e melhorar. Também é importante no sentido de disponibilizar aos jovens e aos alunos aqui de Palmela, esta oportunidade de aceder a uma rede com qualidade. Por outro lado, o facto de disponibilizarmos computador aos nossos colaboradores da autarquia é positivo, pergunto será que foi feito o mesmo para os alunos das escolas que necessitavam desses mesmos equipamentos? Sabemos que não, mas a autarquia, se calhar, podia ter trabalhado um bocadinho mais nesse sentido, temos o programa Mecenas de Palmela, temos o Student Keep e outras fundações que poderíamos ter negociado e procurado alternativas para terminar com estas necessidades.

Depois, na página catorze, Programa de Emprego CEI - Contratos de Emprego Inserção, diz-nos aqui que se registou a cessação da atividade de três beneficiárias integradas na área da educação como auxiliares educativas. Eu gostaria que este parágrafo terminasse com inserção efetiva destas trabalhadoras e que não voltassem ao estatuto de desempregadas ou em trabalho precário. Sim, podiam terminar a sua cessação de trabalho e serem integradas na entidade onde realizaram o seu contrato de emprego/inserção, daí chamar-se emprego/inserção. É importante a experiência profissional adquirida mas, sobretudo, nos tempos que correm esta situação de vulnerabilidade não facilita a vida de ninguém.

Depois na página dezassete, Projetos de Participação e Cidadania, e o Sr. Presidente referiu que não foi possível o "Eu Participo!", no entanto fica aqui a deixa porque é que não se cria um "Eu Participo!" virtual já que transformámos tanta atividade em atividade digital, virtual, pela Internet, o que seja, porque não realizarmos um "Eu participo!" virtual. Da mesma forma que o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil parece não ter parado, também aparece na página dezoito, se calhar, este podia também não ter parado, digo eu. Dizem que tivemos muito mais tempo em casa, com maior disponibilidade, se calhar, podíamos ser mais criativos nas propostas e ter oportunidade para pensar nelas, fica aqui a deixa.

Depois na página dezanove, a Loja Móvel do Cidadão deixou de efetuar atendimentos. A minha questão é: não seria nesta altura e neste período que seria mais importante alguma aproximação com aqueles que estão mais isolados, se até a venda ambulante, as hortas caramelas e afins se aproximaram da população, porque não então este de atendimento, porque é que terminou? Se calhar, podíamos ter tido condições para manter, e que alternativas ou estamos a provocar ainda um maior isolamento com isto, não sei, pergunto.

Estou na página vinte e cinco, tenho a escola. Nas páginas vinte e cinco e seguintes, são referidas atividades na área da educação, muitas delas canceladas. Compreendemos e exatamente porque os tempos e a conjuntura não facilitam as atividades tradicionais do município, é por isso mesmo que é essencial pensar que projeto educativo é que está em cima da mesa desta autarquia, o que é que queremos fazer de diferente para que daqui a meio ano, ou um ano que seja, não estejamos a ler que o projeto "Kid's Guernica" foi suspenso, o Programa de Alimentação Escolar foi suspenso, etc., e tal, o Fantasiarte, não se pode fazer. O que pergunto é: que alternativas é que foram pensadas para resolver estas questões e aprendermos todos e aproveitar estes momentos de crise como oportunidade de mudança. Sim, como eu disse, houve necessidade de cancelar, mas o que é que se fez em alternativa e neste ponto gostaria de

reforçar a necessidade da real existência de um Conselho Municipal de Educação que parece não aparecer, efetivamente.

Na página trinta e um a Comissão de Proteção de Menores. Noutras oportunidades já questionamos porque é que aparece aqui a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, já percebemos porquê, agora perguntamos se é para aparecer na Atividade Municipal é, também, importante perceber qual é que é o papel do município na CPCJ, o que é que fez neste período efetivamente, como é que está a funcionar neste tempo de pandemia, que tipo de apoio foi dado, que tipo de apoio prestou, etc., porque aqui estão números e não nos diz mais nada, não nos diz, efetivamente, qual é que foi a Atividade Municipal neste campo.

Na página trinta e três, na parte dos apoios e na cooperação, diz-nos que, foi prestado um acompanhamento às entidades particulares sem fins lucrativos e houve apoio de caráter extraordinário no contexto de pandemia no valor de trinta e dois mil euros. Uma média de dois mil euros por cada IPSS, não resolverá, seguramente, os problemas pode atenuar, pode permitir comprar algum material de proteção, mas pouco mais. Estou segura que o CLAS de Palmela reuniu de modo a debater as necessidades mais emergentes, daí a autarquia ter chegado a este valor. Será quase um valor paliativo diria, e sabemos que, por exemplo, que a autarquia do Seixal deu alguns apoios muitíssimo superiores. Podíamos pensar noutro tipo de apoios, não pagamento da água, por exemplo, outros.

Por fim, eu dizia que seguramente o CLAS de Palmela reuniu de modo a debater as necessidades mais emergentes, só que não. Na página seguinte, na página trinta e quatro, percebe-se que não houve reunião, que houve uma consulta dos parceiros e a pergunta que se coloca é que tipo de consulta? Todos os parceiros, alguns, como é que isso foi feito? Aqui diria o Sr. Presidente, é uma emergência que o Conselho Local de Ação Social, se reequacione, mude efetivamente de paradigma e há técnicos municipais muitíssimo bons, sabe-o bem, que em conjunto com os técnicos das parcerias seguramente poderiam estar a pensar as novas formas de trabalho que de uma forma estruturada e estruturante respondam às necessidades, agora mais do que nunca.

É só, obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Hoje ultrapassou um bocadinho o seu tempo."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"De qualquer das maneiras queria dizer, desculpe, felicito a autarquia e os colaboradores por tudo aquilo que conseguiram fazer neste tempo difícil.

Obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Tenho aqui um conjunto de intervenções que eu penso que foi o PSD/CDS, Rosa Pinto pediu a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só duas questões, embora até esteja depois, mais tarde, relacionado com a Prestação de Contas. Efetivamente, eu cheguei aqui a falar muitas vezes sobre a Escola de Cabanas e durante a pandemia, embora as obras pudessem avançar, acho que havia no interior, mas não eram muito visíveis. Hoje, por acaso, passei lá e já estavam a pintar o exterior, até fiquei mais animada, era para perguntar quando estava previsto acabar a obra.

Uma questão da ADREPES/ADREPAL, se o Sr. Presidente tinha mais alguma novidade e se tem havido aqueles relatórios trimestrais, eu peço desculpa que este ponto não está na questão que estamos a tratar, mas eu há pouco esqueci-me.

E é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Agora dou a palavra ao Mário Baltazar."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Irei só colocar aqui três questões muito simples e vou-me basear aqui na própria introdução do documento. Uma delas é sobre o reforço do atendimento telefónico, em que recebi várias queixas de vários munícipes quanto à dificuldade que têm em entrar em contato com os serviços camarários. Eu próprio fiz algumas chamadas para tentar perceber se realmente era o que as pessoas me contavam e temos situações em que esperamos mais de quinze/vinte minutos, e passo a citar, quinze/vinte minutos para que sejamos atendidos e outras vezes não somos atendidos.

Uma outra questão é relativa à unidade móvel de saúde. A questão que eu coloco ao Sr. Presidente, esta era uma das propostas do MIM inicialmente na sua campanha eleitoral, é se realmente já existe alguma data para a entrada em vigor deste serviço.

Para terminar, também, muito rapidamente, falamos aqui da primeira campanha de desinfestação e de desratização. O ano passado, se bem me recordo, na zona de Aires, quando foi efetuada a desinfestação e desratização os moradores de Aires tiveram grandes dificuldades, porque as baratas com cerca de metade de um dedo, cinco, seis, sete centímetros, começaram a aparecer ou seja começaram a sair de dentro desses espaços e vieram para a rua. A questão que eu levanto é se não teria que existir ou se não deveria ser feito um comunicado para que a própria população se viesse a acautelar com esta situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou agora a palavra ao Carlos Oliveira, Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite, Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos e todas as presentes.

Relativamente ao ponto que estamos a discutir, eu queria fazer duas questões concretas ao Sr. Presidente. Na página trinta e três do caderno, a segurança e ações sociais, também é uma questão ligada ao apoio extraordinário de trinta e dois mil euros às IPSS? A minha questão é, quais os motivos no contexto da pandemia para ser extraordinário, o documento que foi distribuído hoje pelos serviços já cruzava mais alguma informação, terá a ver, possivelmente, com os testes à "COVID-19" e outros equipamentos de proteção individual, mas eu gostaria que me esclarecesse melhor sobre esse assunto. Também queria saber quais foram as IPSS que foram contempladas, se são todas do concelho de Palmela, se há alguma de fora do concelho mas que serve utentes da área do concelho.

Na habitação e serviços coletivos, na página trinta e cinco, relativamente ao subtítulo da habitação, tem uma referência a uma estratégia local de habitação onde se refere, logo a seguir, que foram feitos mais dois contratos de arrendamento apoiado, um no Pinhal Novo e outro, salvo erro na Quinta do Anjo ou em Palmela. A minha questão era, quantas casas tem atualmente o município disponíveis para o regime de renda apoiada?

Depois, outro tema que tem a ver com a limpeza urbana, na página cinquenta e cinco, em concreto as questões relacionadas com os dispensadores de sacos para dejetos caninos. Eu conheço alguns locais onde passo, nomeadamente na Vila de Pinhal Novo mas, também, aqui em Palmela, e aquilo que eu vejo é que

esses dispensadores estão praticamente sempre vazios. Eu passo lá todos os dias, é raro lá ver sacos nos dispensadores, pelo menos na zona onde eu passei com o cão e noutros locais onde eu já vi dispensadores que estão praticamente sempre vazios, porque não existe uma frequência na reposição dos sacos nestes dispensadores.

Relativamente ao Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) de Palmela, na página sessenta e um, a apresentação de um quadro com várias situações não permite perceber se o canil e gatil municipal está com capacidade para recolher animais errantes ou se está já na sua capacidade máxima de lotação. Queria que me respondesse se isso se verifica, se está completamente lotado e como refere o quadro que já tem de ceder animais para outras associações de defesa de animais, nomeadamente o Cantinho da Milú, queria saber se esse canil já está completamente lotado e se há perspetiva de ampliar o canil, no caso concreto o CROA.

De momento era só, disse Sra. Presidente obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou agora a palavra então ao Partido Socialista novamente, Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, quero através da sua pessoa cumprimentar todos os presentes.

Algumas questões, sobre o relatório que nos é apresentado, ao executivo na pessoa do Sr. Presidente.

Uma preocupação, que foi colocada logo em março, relativamente às viaturas municipais não há evidências no relatório sobre a situação da pandemia do COVID-19, no entanto foi-nos feito chegar alguns alertas que, naquele momento, por isso não sei se hoje é uma realidade, ou não, tenho essa dúvida e gostaria de ser esclarecido se as viaturas estão a ser regularmente, após a sua utilização, higienizadas e desinfetadas, porque é um fator que é acessível a diversos elementos da população, nomeadamente do público escolar. Como aqui no relatório nós vemos a compra de doseadores, de reforço da limpeza das maçanetas, puxadores, gostaríamos de saber em relação às viaturas municipais o plano que foi implementado pela Câmara.

Em relação ao teletrabalho, gostaríamos de saber nesta fase da pandemia qual o volume e eventualmente absentismo que houve, o número de pessoas em teletrabalho, se eventualmente houve não é identificado porque não é isso que nos preocupa, mas saber se, efetivamente, existiram no seio dos trabalhadores casos positivos que levou a uma série de pessoas em resguardo de retaguarda e em quarentena e qual é o volume dessa situação.

Em relação aos recursos humanos uma questão, é referido que no recrutamento e mobilidade tivemos seis admissões durante o período em análise e três reintegrações. Gostaríamos de saber qual foi a política seguida pela Câmara em relação ao período experimental, se foi suspenso, as pessoas ficaram suspensas, devido à situação da pandemia ou se, eventualmente, o tempo de período experimental manteve-se mesmo que elas continuassem na retaguarda.

Em relação à formação, queria só perceber há aqui números que ao ler este parágrafo da página dezasseis não é claro. Diz aqui que é expresso que existiam cinquenta e cinco ações de formação externas mas depois diz que destacam-se três ações externas de modalidade on-line que contaram com seis participações, a questão é simples fazendo as contas matematicamente, cinquenta e cinco, pergunto se durante este período cinquenta e duas foram presenciais ou como é que foi feita a formação que é referida neste capítulo.

Um alerta que fi-lo na nossa última análise ao Relatório da Atividade nesta Assembleia, que tem a ver com a Defesa da Floresta Contra Incêndios. Sr. Presidente contrariamente aquilo que afirmou, nós hoje, à data de hoje, percorremos os vários caminhos, as várias estradas municipais e continuamos a verificar que a faixa de gestão de combustível não está devidamente feita, gostaria de saber qual é a resposta que a Câmara tem

para responder a esta situação. Ainda no dia dezoito estivemos no Pinhal Novo um incêndio junto a uma estrada, e isto é só uma suposição não sei se, eventualmente, o próprio incêndio teve a ignição junto à estrada, não sei, constatei pelas notícias a questão do incêndio.

Resíduos sólidos urbanos, à semelhança daquilo que defendi aqui na última Assembleia a Bancada do Partido Socialista continua a defender a instalação de ecopontos nas freguesias de Quinta do Anjo e Poceirão/Marateca. Relembro que relativamente à freguesia do Poceirão/Marateca já teve lá dois ecopontos, um no Bairro do Margaça e outro no Poceirão, que, entretanto, foram retirados, desapareceram, não sei precisar há quanto tempo. Mas ainda hoje estive na localidade de Asseiceira, no Forninho, nos Brejos de qualquer coisa, desculpem não me recordo, em Fernando Pó e as pessoas continuam a não ter condições para fazerem o encaminhamento dos resíduos, tal e qual como existem nos outros ecopontos.

E por fim no transporte e comunicações, a estrada de Vila Amélia presentemente é uma porta de entrada no nosso concelho, muitas pessoas optam para tomar a saída e a entrada do nosso concelho pela estrada de Vila Amélia e consultando aqui as intervenções e os projetos para dois mil e vinte, e pode ser também um lapso meu de memória, eu julgo que estava previsto e o Sr. Presidente aqui disse várias vezes que a estrada da Coca Cola, o piso, as bermas, iriam ser intervencionados. Eu passo lá quase diariamente e conheço a dificuldade de estabilidade em circular naquela via, por isso pergunto se está prevista alguma intervenção a médio prazo porque para este ano parece que não, para aquela via.

Finalmente, só uma dúvida na análise evolutiva à receita. Eu recordo-me que há um ano atrás nós colocámos exatamente a questão sobre a receita do IMI, mas comparativamente a maio de dois mil e dezanove e a maio de dois mil e vinte, pelo quadro que nos é apresentado há uma diminuição de receita de vinte e oito vírgula cinco por cento. Eu pergunto se a explicação, antecipando eventualmente a resposta, tem a ver com a receita extraordinária de IMI que o senhor aqui nos apresentou relativamente a dois mil e dezoito.

Era isto, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou agora a palavra à CDU, Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, através de si cumprimentar todos os presentes e duas coisas muito rápidas da bancada da CDU.

São duas saudações, uma primeira ao Sr. Presidente pela exposição que aqui nos trouxe relativamente ao enorme trabalho desenvolvido neste período no meio de um conjunto de problemas que todos conhecemos e presentemente agravados com a existência de uma coisa, eu chamo-lhe um bicharoco, que anda por aí a chatear-nos a cabeça, mas que, ainda assim, foi possível desenvolver um conjunto enorme e um volume de tarefas muitíssimo grande em benefício e em prol da melhoria da qualidade vida da nossa população.

A segunda saudação vai para o executivo, naturalmente, mas para os trabalhadores e trabalhadoras da Câmara Municipal, toda essa vasta equipa, esse conjunto de trabalhadores que com o seu empenho, determinação e muito esforço e muito sacrifício, tornaram possível atingir muitos dos objetivos propostos e que acho que foram possíveis traçar e levar à prática. Foi um trabalho fundamental e por isso uma saudação aos trabalhadores e à equipa que os coordena, também à equipa da CDU que está a conduzir os destinos da nossa Câmara.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"E agora do grupo de intervenções que tinha registado, dou palavra novamente ao Partido Socialista, Ana Elísia."

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, cumprimentar na sua pessoa todos os presentes.

A minha intervenção é muito célere, apenas sobre um dos pontos que é abordado, neste caso na página trinta e seis, que relata promoção do conhecimento do Centro Histórico e, portanto, aquilo que nos é dito é que se procedeu à atualização do sítio do Centro Histórico na Internet com conteúdos associados à reabilitação e atualização de dados de agentes económicos instalados. Ora, eu, como é um assunto para mim, confesso, que me é querido e que me é próximo estive a consultar, porque gosto de estar atualizada sobre esta área do nosso concelho, e na área de projetos e iniciativas, que é onde deveria de estar resumida a informação sobre a atualização, porque é a área que está mais de fácil leitura para quem consulta é o sítio da do Centro Histórico de Palmela, não tem nada, portanto, não abre, nem sequer dá erro, não remete para nenhuma informação.

Além disso, esta atualização e esta página, a primeira coisa que nos aparece em publicidade ao Centro Histórico é a publicidade dos Mercadinhos que existiam no terraço do mercado municipal de Palmela, os Mercadinhos de Palmela, que a última edição remete para cinco de outubro de dois mil e dezanove. Não consegui, para já, identificar a atualização que terá sido feita e parece-me que há uma clara evidência de falta de atualização de informação neste sítio da Internet.

Disse, obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, temos aqui um conjunto vasto de questões, eu ia pedir ao Sr. Presidente que as respostas fossem sucintas, dava-lhe dez minutos para responder a tudo no máximo, porque a seguir temos um ponto em que vão surgir muitas questões."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos,

- a empreitada da Escola Básica de Cabanas teve motivos para prorrogação devidamente atendiveís e legalmente justificados e tem a prorrogação até trinta e um de julho.

Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques,

- Rede do Centro Histórico, Serra do Louro, eu abri as minhas aplicações o sinal neste momento é razoável no do município de Palmela, é evidente que há zonas da Vila até pela sua orografia em que o sinal não é tão bom. Há que ver, também, que há aspetos que não tem que ver com a rede que foi instalada, aliás no âmbito de uma candidatura também ao turismo nesta matéria, e que há situações que tem que ver com as próprias operadoras que também não têm feito os investimentos que se comprometeram a fazer.

- Computadores, ao contrário do que diz os computadores e o reforço não foi apenas para quem estava em teletrabalho foi também para as escolas. Nós equipamos as nossas escolas do primeiro ciclo com cerca de quarenta computadores, cerca de cinquenta Hot Spots, procurámos responder às necessidades que nos foram chegando e, também, no âmbito do mecenato conseguimos computadores de algumas empresas que entregámos a escolas e a IPSS.

- Loja móvel, basta ler a Resolução do Conselho de Ministros para perceber porque é que ela não funciona, porque não pode funcionar.

- Auxiliares que terminaram contrato, nós temos por norma evitar recorrer aos contratos de emprego/inserção devo dizer-lhe, é uma questão que politicamente e partidariamente evitamos, mas são as

próprias pessoas que querem ter essa experiência de trabalho por essa via e temos dado a oportunidade a todas essas pessoas de concorrerem aos concursos do município e, se calhar, diria que mais de um terço das pessoas que temos em funções passaram por aí e estão, é evidente que quando terminar o contrato termina e sei que são opositores a concursos que estão a decorrer.

- Conselho Municipal de Educação parece não aparecer, o Conselho Municipal de Educação aparece quando tem que aparecer. Tem uma periodicidade, quem criou este modelo do Conselho Municipal de Educação até foi a sua área política nós defendíamos outro, aliás, isto deu que falar durante muitos anos, porque deixou de ser um Conselho participado, tem hoje uma composição demasiado restrita, não me revejo nesse modelo, e temos até muitas dificuldades em ter a presença do representante do Ministério da Educação, que geralmente prima pela ausência, está marcado o Conselho, que decorre habitualmente no final deste mês ou princípio do próximo mês, para dia oito de julho, porque isto tem uma periodicidade e tem temas específicos que têm que ser deliberados e que têm que ter parecer em determinada altura do ano e que depois têm outras questões correntes. Agora, quando se diz que eles não reuniram formalmente, estes e outros como o CLASP que V. Exa. referiu mas que reuniu ontem aqui nesta sala, devo dizer que os contactos com os parceiros do CLASP é diário. Não era, naturalmente, com os cinquenta ao mesmo tempo mas estão aqui até membros, também são membros do CLASP os Srs. Presidentes de Junta e outros, que sabem quem é que ficou no terreno e quem ficou no terreno foi, de facto, a rede social, foram as Juntas de Freguesia, foram serviços municipais, que esses nunca tiveram em qualquer outras circunstâncias em modalidades de trabalho, estiveram sempre no terreno presencialmente a comunicar, partilhando dificuldades, partilhando recursos, discutindo soluções.

- CPCJ, não faz nada que não tenha a participação da Câmara, não sai para uma visita sem o representante da Câmara, não faz um trabalho que não tenha logisticamente que ter resposta da Câmara, apoio da Câmara, etc., etc., que é muito para além daquilo que está protocolado, enfim, para além dos apoios e vamos ter cada vez mais responsabilidades nesta matéria, não tenho problemas nenhuns com isso, essa delegação de competências não me faz diferença, mas garanto-lhe que é um órgão que tem muito apoio do município e depende cada vez mais do Município e tem neste momento, praticamente já nos está a fazer falta nos serviços de saúde ocupacional, a única psicóloga que temos está praticamente lá a dar apoio a tempo inteiro porque outra técnica nossa, infelizmente, está gravemente doente. O funcionamento foi aquele que foi definido, as questões graves que são sinalizadas por meios que deve conhecer foram atendidas e algumas, naturalmente, não merecem tratamento em termos de especificação de outros aspetos de proteção dados e confidencialidade, mas aquilo que é tratado em termos de processo está documentado no relatório, outras questões naturalmente não vamos optar.

Dra. Rosa Pinto,

- ADREPES/ADREPAL não tem que vir propriamente no Relatório Municipal, mas acho que a ADREPES teve Assembleia Geral já, a ADREPAL também, os relatórios e contas isso estará tudo aprovado, espero que no site de cada uma das entidades esteja disponível mas procuraremos também dar nota disso.

Mário Baltazar,

- Atendimento telefónico, é normal, quando tiver acesso à estatística do número de atendimentos é normal, até para a pessoa hoje ser atendida, presencialmente tem que marcar pelo telefone ou por email. Posso dizer-lhe é que todos os recursos que tivemos e numa fase inicial tivemos poucos, tivemos, também, que proteger os nossos trabalhadores e no Estado de Emergência o funcionamento em espelho. Hoje já ultrapassámos essa fase do funcionamento em espelho, que significa rotatividade, quase todas as pessoas que estavam no front office, estão hoje em back office e, de facto, os telefonemas são mais do que muitos, são todos justos, são todos legítimos, são todos necessários, o que melhorámos foi com a atual central telefónica, pelo menos a chamada não desaparece e sabe-se quando a pessoa telefona de onde vinha o número, quando o número não é privado, e consegue-se recuperar alguns contatos mas, de facto, neste período tem sido muito difícil atender toda a gente.

- A questão da viatura móvel está em aquisição, tivemos inclusivamente de fazer uma alteração nas rubricas porque uma coisa é a viatura utilizada propriamente dita e outra coisa é a adaptação e o equipamento, e tivemos que fazer agora aqui a separação das rubricas e o processo está a ser trabalhado para aquisição. O protocolo, obviamente, foi dado nota agora porque foi só agora que também conseguimos o compromisso

da ARS-LVT de integrar o projeto que era fundamental, para quando for para o terreno termos lá os técnicos de saúde e temos também essa participação.

- A campanha de desbaratização e desratização, sim a informação nunca fez mal a ninguém sobretudo quando é bem lida e bem entendida e quando as pessoas abrem a notícia e não veem apenas o título. Numa perspetiva de partilhar aqui alguma pedagogia e algum conhecimento que vou tendo fruto da experiência, de facto, cada vez que há campanhas a reação dos insetos e dos ratídeos é um bocadinho de desorientação e de fuga e isto faz com que o fenómeno seja mais visível e há hoje muita documentação sobre o assunto e muitos artigos até do jornal sobre a matéria que tem que ver com o aquecimento global, com a resiliência até destas pragas aos tratamentos que existem, mas cada vez que nós estamos a atuar aparecem as reclamações, porque ou veem mais baratas a sair dos sumidouros ou de outro sítio qualquer e veem-nas também emergir, às vezes, nas redes domésticas. É por isso que nós costumamos dizer, até nas notas de imprensa, que é necessário uma ação também da parte dos proprietários das suas habitações, se atuarmos nos dois locais é certamente mais eficaz, mas para além da nota de imprensa poder-se-á, nalguns locais, colocar uns papelinhos como se faz até quando se utiliza a monda para informar os cidadãos.

Carlos Oliveira,

- As IPSS foram apoiadas foram sobretudo as do concelho. Apoiamos uma fora do concelho que tem a intervenção na área da freguesia de Quinta do Anjo, no Bairro Alentejano e Bairro dos Marinheiros.

- A estratégia local de habitação, é uma estratégia local, é um documento estratégico que está num concurso público que vai ser feito por uma entidade que há-de ganhar o concurso. ligada à Academia a um Centro de Estudos qualquer, mas dentro da estratégia local de habitação há, também, já aquilo que temos e no âmbito da rede apoiada nós temos, neste momento, trinta e quatro habitações e temos trinta e uma entregues e três por entregar, porque ainda temos três que vêm do concurso do ano passado e a entrega só não ocorreu ainda porque foi necessário fazer obras. Cada vez que há uma família que sai de um lado, porque cresce e vai para uma casa nova a casa que a família deixou tem que ser toda reabilitada e essa reabilitação, enfim, demora o seu tempo e tem algumas despesas mas, felizmente, não tem sido por causa do valor da reabilitação que não tem sido feita é porque elas demoram algum tempo. Aliás, acho que há uma que foi adjudicada há poucas semanas, as outras duas devem estar prestes a ser entregues.

- Dispensadores de sacos, a informação que tenho do Sr. Vereador é que é normal que, de vez em quando, haja situações dessas. Nós temos munícipes que não levam um saco, levam tudo para casa mas, por acaso, ainda há pouco assomei-me ali ao muro namoradeiro e no dispensador que estava no Largo de São João existiam sacos e estava um jovem que tinha saído de casa com o seu animal de estimação a retirar sacos antes de fazer o resto do passeio, e estas coisas eu observo com alguma atenção porque gosto mais de ver os bons atos cidadania do que o inverso.

- Capacidade do CROA - Centro de Recolha Oficiais de Animais, a capacidade muda ao dia mas não vale a pena escamotear uma realidade. Este CROA, como a generalidade dos centros de recolha oficiais de animais, estão sempre esgotados, todos os dias há pedidos para alguém ir buscar animais, as pessoas gostam muito de alimentar gatinhos, etc., etc., mesmo ontem fui abordado por uma pessoa "é pá lá na varanda apareceu uma série de gatos" devia era de ter chamado antes para a esterilização porque nós até temos essa campanha a crescer e a decorrer. Nós estamos a acertar pormenores, e isso foi relativamente recente, e a Sra. Vereadora até me mostrou o que estava previsto para no anterior edifício onde há muitos anos funcionou o canil para adaptá-lo para gatil e temos, também, em plano a ampliação do atual CROA no mesmo modelo pré-fabricado para mais doze boxes. O trabalho que temos feito com as associações, tem sido, de facto, fundamental para em situações de emergência acolher alguns casos mais críticos, o próprio SEPNA, por vezes, aparece-nos com animais, uns perigosos, outros, felizmente, não, para alojar. A esses também damos uma atenção especial até porque, às vezes, vem com dados e outras coisas dos tribunais e foi por isso, mas isto não vem no relatório, que, recentemente, também, apoiámos financeiramente com aumento relativamente ao ano anterior as três principais instituições do nosso concelho.

Sr. Jorge Freitas,

- Viaturas municipais, as regras que existem para as viaturas municipais são aquelas que existem para os transportes públicos, aquilo que nós exigimos aos operadores na Área Metropolitana de Lisboa, se fizermos

transportes com grupos externos é da mesma forma. Até lá elas são higienizadas quando são utilizadas pelos nossos trabalhadores, eu se vir alguém que não cumpra chateio-me mas, geralmente, o pessoal tem todo o material, têm máscara, têm o pulverizador para limpeza de superfícies, que é diferente do gel para as mãos, têm esse material todo e são higienizadas.

- Teletrabalho, duzentas e onze pessoas. Este número também flutuou, à data ainda temos pessoas em teletrabalho, por opção, por conveniência da pessoa e do serviço ou por proteção do trabalhador, porque há pessoas que, também, têm no âmbito da saúde ocupacional recomendações para ficar em casa, hoje até já se exige uma recomendação já do próprio médico, mas também aconteceu em sítios onde as instalações não permitem cumprir as regras de distanciamento e, também, alguma rotatividade, mas tem funcionado tudo de uma forma muito tranquila e com grande compreensão e articulação.

- Os dados do absentismo não os tenho aqui, mas vai ter oportunidade, possivelmente, de ver os do ano passado. De uma maneira geral, não houve absentismo, porque numa primeira fase o município para além de procurar cumprir a lei, como é sua obrigação, criou algumas modalidades que levaram a que algumas pessoas menos receosas que não tivessem, eventualmente, condições para estarem em determinadas modalidades de trabalho encontrou-se umas modalidades alternativas e não notámos absentismo a crescer, mas os dados estatísticos hão de aparecer, possivelmente, noutro documento lá mais para a frente.

- Foi diagnosticado um caso positivo na organização, não estando na organização. Esta coisa dos casos a gente não pode falar muito deles mas, às vezes, até é bom para desdramatizarmos também algumas questões. Não é desdramatizar melhor dizendo, é para evitar alguma especulação e algumas ideias de senso comum. São pessoas que já estavam com problemas e, enfim, nas suas deslocações ao médico e ao hospital, felizmente não estava a trabalhar, mas ainda assim temos um procedimento instituído que é cada caso confirmado ou não, ou suspeito, todas as pessoas que estiveram naquelas instalações ou em contacto são testados e portanto garantimos os testes aos nossos trabalhadores e trabalhadoras, nessas circunstâncias, como garantimos, por exemplo, aos bombeiros. Às vezes pergunta-se, então e as IPSS foi pouco dinheiro e eu também podia perguntar, o Governo apoiou as IPSS suplementarmente? É que este apoio que nós demos foi um apoio de tesouraria de emergência, a somar a outros apoios das suas próprias candidaturas. Há apoios para remodelação de instalações, porque se formos ver outras propostas de reunião de Câmara estão lá apoios para a remodelação da cozinha da IPSS, há outros apoios no final do ano fazem-se as contas, isto foi um apoio de tesouraria de emergência mas, também, quero aqui dizer a V.Exas. que o apoio que temos cedido, que é diário, todos os dias chegam pedidos, em equipamento de proteção, se calhar, triplica por instituição o valor que foi transferido financeiramente, para além de outro tipo de apoios logísticos que custam bastante dinheiro. Esclarecido isto não tem que ver com os outros apoios correntes do ano em função de determinados compromissos, determinados projetos, determinados apoios, para ou não sendo para a atividade foi sobretudo para melhoria das instalações que permitem uma melhor resposta social mas que foi, de facto, um apoio de emergência.

- Não houve qualquer prejuízo para quem nestas contratações estivesse em período experimental, naturalmente estes prazos suspendem-se e tudo tem decorrido com normalidade.

- Relativamente à formação, aconselho-o a revisitar a página dezasseis para perceber bem a diferença entre aquilo que foi presencial que, naturalmente, foi presencial até ao final de fevereiro princípio de março, depois passou a ser essencialmente online. Aliás é diária a oferta de formação online e quem tem acesso e trabalha no município, e até Vereadores porque conhecem, que no geral da Câmara sabem qual é a oferta diária que temos e as sessões à distância intensificaram-se.

- Programa Operacional Municipal diz respeito à zona de intervenção do Parque Natural da Arrábida, a questão da desmatação de bermas, etc., não é o Programa Operacional Municipal é um trabalho que é corrente, é feito três/quatro vezes por ano, nalgumas zonas, há alguns atrasos até por parte de quem compete fazer às freguesias e que temos aqui de admitir. Aliás temos falado com as freguesias, temos falado com os responsáveis também por outros setores da limpeza, é que nós andámos uma série de meses a fazer outras atividades que eram urgentes, naquele momento e isto atrasou-se tudo. Não foi por acaso que o Governo teve que adiar o prazo limite para a limpeza dos terrenos de trinta e um de março para trinta e um de maio, e depois quer dar um mês para as autarquias resolverem aquilo que os titulares não resolveram, é evidente que há alguns atrasos mas está a haver um esforço muito grande, aliás até temos

tido dificuldade em encontrar empresas e não convém que seja sempre a mesma, porque ela depois chega muito tarde, convém ter uma empresa com uma freguesia e outra com uma área para dar resposta a isto tudo e as nossas freguesias também estão a fazer esse esforço.

- Estrada de Vila Amélia, vamos chamar-lhe o nome da estrada dos Quatro Castelos, a parte da estrada de Vila Amélia foi o HUB10 primeira fase, está concluído. O HUB10 segunda fase, está em plano e orçamento, já houve verba gasta com projeto, o projeto está aprovado da nossa parte, estamos à espera de informações preciosas, mesmo esta semana houve uma profícua reunião de trabalho sobre questões de expropriações, e da parte da EDP porque para terem uma ideia há para ali coisas metidas pela EDP, aquilo nunca foi um loteamento, aquilo foi emparcelado por quem nós conhecemos ali e há ali cabos de média tensão, baixa tensão em sítios que ninguém sabia porque aquilo nunca obedeceu a projeto nenhum, quem emparcelou aquilo nunca deu projetos de infraestruturas a ninguém. Estamos a resolver uns assuntos com a EDP, já falei até ao mais alto nível para nos darem a resposta rapidamente, porque vamos lançar o procedimento nas próximas semanas. É um procedimento que para nós tem que estar na rua antes de julho, é uma obra que vai demorar vai demorar porque não é só por ser um milhão e muitos, é Quatro Castelos é essa que estamos a falar, chama-se HUB10 segunda fase, mas aproveito para dar este esclarecimento. Dado o valor da obra ainda vai ter de ir a Tribunal de Contas, a parte das expropriações tem que estar tudo resolvido senão eles não aprovam. e é evidente que nosso ensejo é antes do final do ano ter a obra no terreno e vai, de facto, corresponder àquele ensejo que o meu amigo também tem, estamos ali numa das principais entradas, com uma distribuição com muitas unidades económicas, é uma ligação estratégica e foi por isso que nos metemos neste projeto que vai revolucionar ali o conforto da circulação e a mobilidade com a área também do transporte público que está previsto para ali e da mobilidade suave porque vai continuar com o conceito de corredor ciclável e pedonal numa das faixas.

- IMI receita extraordinária do ano passado, não era propriamente receita extraordinária. Os primeiros meses do ano geralmente tem cobranças de anos anteriores e esta primeira prestação em maio também já não é tão fácil de prever como era antes, porque o cidadão pode optar nalgumas modalidades quem paga a partir de não sei quantos euros, se paga em duas ou se paga em três vezes, é cada vez mais difícil prever e depois fazer comparação. Lá para o final de agosto já temos uma ideia se o desvio vai ser muito, mas é normal que venha a haver ali um ligeiro desvio negativo no IMI, não só porque baixámos a taxa e temos o IMI familiar, que ainda não foi compensada a não ser que haja aí uns devedores de alguém que devem este ano o que dava jeito.

Penso que no fundamental procurei esclarecer as questões, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está ultrapassado o ponto número um e vamos passar ao ponto número dois, à proposta de Prestação de Contas e para isso o Sr. Presidente vai usar da palavra para apresentação da proposta."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, a introdução procura, ainda assim, resumir o essencial da atividade, eu faria aqui alguns sublinhados.

Nós consideramos que foi um ano onde, apesar de não termos conseguido, até por questões relacionadas com empreitadas, com empresas, com outras questões, lançar algumas das obras que estavam previstas foi um ano com uma enorme capacidade de concretização em que foram particularmente eficientes as equipas municipais em várias áreas, um elevado número de projetos, eventos e empreitadas que procuraram sempre este eixo da valorização dos aspetos locais, responderam a necessidades das populações e pensamos,

também, que prepararam o concelho para os desafios mais atuais em áreas como a educação, a mobilidade ou o ambiente.

Destacamos naturalmente a arranque da regularização da Ribeira da Salgueirinha e a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo, bem como outros processos em curso que confirmam a pertinência das diligências políticas e a postura de compromisso assumida junto da Administração Central com vista à concretização de reivindicações antigas no nosso território. Um território que continuou a ter aqui uma enorme diversidade e atratividade, com gestão participada, envolvendo diferentes públicos e sensibilidades, e pelo modelo de trabalho em parceria.

Também houve um intenso trabalho no desenho da nova estrutura orgânica que é o reflexo do investimento na melhoria contínua e na otimização de fluxos e condições de trabalho, é evidente que isso começou no início de dois mil e vinte, na qualificação do serviço público, também uma maior atenção que continua este ano na aquisição de equipamento de proteção e vestuário, renovação do parque de máquinas e viaturas, na aposta forte na formação profissional específica e *on job* e o incremento da contratação de pessoal.

Tivemos oito novas candidaturas aprovadas e outras oito submetidas, todas as oportunidades de captação de fundos procurámos ir a jogo e trabalhámos junto das entidades coordenadoras para a definição das prioridades de investimento no quadro 2030 que se aproximem das necessidades reais das pessoas e dos territórios.

Foi também um ano de concretização de lançamento de novas medidas de apoio às famílias e de inclusão social, aprofundámos políticas relacionadas com o apoio à população idosa, promoção da intergeracionalidade, envelhecimento ativo, educação ao longo da vida, ligação à comunidade educativa e ao combate ao insucesso escolar, um modelo de desenvolvimento económico assente nos recursos endógenos e comprometido com a eficiência energética, e o incremento das práticas participativas em conexão com a educação para a cidadania e os direitos humanos, marcam a vida deste concelho e são exemplos da forma como o município atua já no seu quotidiano em linha com os ODS/2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030), um desígnio que orientará o percurso futuro e de futuro de Palmela.

Na qualificação e modernização do serviço público há uma listagem enorme de realizações por administração direta, apesar de termos equipas ainda não devidamente dotadas com mais recursos humanos esta administração direta continua a assumir uma enorme importância no contexto da organização. Registou-se a inversão do ciclo de redução de trabalhadoras e foi por isso que referimos este aspeto, foi possível admitir quarenta e seis novos trabalhadores e trabalhadoras. Na área da saúde ocupacional tem-se feito enormes avanços, também na promoção de hábitos de vida saudáveis junto das equipas municipais. Uma nova fase do projeto "Mexa-se bem no trabalho" em que muitas destas propostas são propostas dos próprios trabalhadores implementadas no "Eu Participo!" trabalhadores e na "Caixa de Ideias".

O "Eu Participo!" foi também um ano muito profícuo, com cada vez mais turmas envolvidas nesta dinâmica com as crianças e adolescentes e agindo com a comunidade. As Semanas das Freguesias continuam a ser um momento de avaliação e balanço, e procurámos no ano passado para além de trabalhar no primeiro semestre, depois, em setembro, fazer um balanço do trabalho e voltar à reunião com as Juntas e ao contacto mais próximo com os agentes do território. Também a relação com as associações de moradores continua a reforçar-se e finalmente as assembleias do "Eu Participo!" foi, de facto, um ano também com muita participação e com um número record de inquéritos que resultaram na inscrição de vinte novas ações no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano.

Na área da Proteção Civil, as nossas Associações de Bombeiros continuam a ser alvo de especial atenção com o apoio aos GBP (Grupos de Intervenção Permanentes) e às EIP (Equipas de Intervenção Permanente), para terem uma ideia isto associado, também, ao apoio ao investimento seja para os quartéis, seja para aquisição de viaturas e outros, foi um ano em que atingimos quinhentos e quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e oito euros transferidos para as Associações de Bombeiros. Foi o ano, também, em que iniciámos a construção do Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros de Palmela que iremos aprovar em breve, porque na sequência de contributos da consulta pública teve que voltar a ser revisto. Como habitualmente valorizamos e homenageamos os Bombeiros no seu Dia Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil esteve em várias frentes e destacamos sempre, também, aqui este projeto da Academia da Proteção Civil na formação para a comunidade.

No desenvolvimento educativo social e cultural foi também um ano com importantes intervenções no parque escolar, destacamos aqui as EB de Brejos do Assa e António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), a sua conclusão, a implementação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, a 25ª Edição do Fantasiarte, sessenta e um programas, cinco mil duzentos e cinquenta participantes, o Aprender a Nadar foi um ano em que teve mais gente, porque alargámos ao 2º ano de escolaridade, portanto, quarto, terceiro e segundo ano, já são dois mil e quatrocentos alunos e alunas, também as primeiras bolsas de estudo no âmbito do regulamento que aqui aprovámos e depois um conjunto de outras dinâmicas ligadas ao desporto escolar e outras coisas que andam aí em torno destas dinâmicas, que só são realizadas com um grande empenho das equipas municipais e a participação, naturalmente, dos professores e das escolas.

Na área social, o arranque do projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa com várias realizações, Outubro Maior, a Constituição da Universidade Sénior de Palmela. O projeto-piloto "Cabaz Solidário", funcionou muito bem e este ano já foi reformulado e vai ser ampliado. A reabilitação de vários fogos do parque habitacional municipal, a cedência da EB de Arraiados à Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão e, no total, em transferências financeiras para as IPSS demos apoios na ordem dos trinta e seis mil euros. Confirmando o trabalho que vai sendo observado e qualificado no território nesta área, queremos aqui destacar a atribuição do Prémio Inclusivo E+ / *Network for the Role Models* e, uma vez mais, a atribuição do título de Autarquia + Mais Familiarmente Responsável ao Município.

Na reabilitação urbana, para além das ARUS - Áreas de Reabilitação Urbana e respetivas Operações de Reabilitação Urbana, do FIMOC – Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação de apoio a obras de conservação no Centro Histórico, o Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela estende-se a todas as freguesias, para os seus núcleos mais antigos, com um conjunto de isenções para quem reabilitar. Houve sessões de esclarecimento sobre estes programas, esta opção é uma opção séria, difícil, isto é uma mudança de paradigma ainda para muitos investidores, mas para nós é uma opção em detrimento de nova construção, bem como uma aposta na mobilidade suave e melhores acessibilidades, estão na génese da estratégia de desenvolvimento sustentável plasmada na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, que entrou na sua fase final. Entendesse que a lógica não deverá ser continuar a construir para a periferia, sem prejuízo da regulamentação das áreas de edificação dispersa, mas há, de facto, aqui a necessidade de dar cada vez mais incentivos para voltar a ocupar o centro que nalguns locais começa a ficar desertificado. Houve a conclusão de um conjunto de obras do espaço exteriores há muito reivindicadas: Praceta João Coelho Possante, os logradouros das ruas 25 de Abril e Infante D. Henrique, em Pinhal Novo, duas Ecopistas, a de Pinhal Novo e a de Quinta do Anjo e a primeira fase de remodelação do Jardim José Maria dos Santos.

No campo do Património Cultural, assinalámos os trinta anos da investigação sobre Ordens Militares, houve o VIII Encontro Internacional com homenagem a investigadoras/es nacionais e internacionais. Destaque, também, para o curso "Fortalezas da Expansão" no Dia dos Castelos e depois uma obra que passa um pouco despercebida que é a Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela uma obra de dois milhões e novecentos mil euros, que continua a progredir, é um enorme desafio, é uma obra de referencia do POSEUR pela sua complexidade e pelo contributo para a manutenção do morro de Palmela e para termos ali o Castelo pelo menos mais mil anos, o Castelo, a Pousada, e as coisas que estão à volta, mas, sobretudo, permitiu, também, com o acompanhamento arqueológico revelar um importante espólio que ainda está a ser trabalhado e que oportunamente será, também, partilhado com a nossa comunidade, para além da comunidade académica e científica.

O processo de candidatura de Palmela à Rede das Cidades Criativas da Unesco, na área da Música, não ficou beliscada pela sua não-aceitação este ano. O relatório final da Unesco sublinha o valor deste património de trabalho e aponta caminho para uma candidatura futura, nomeadamente, com a necessidade de estabelecermos parcerias internacionais. E a prova é que o plano de ação teve forte implantação, continua, aliás este ano tivemos, há pouco tempo, a resposta uma candidatura com este nome, também, na área da cultura e a fundos foi aprovada há semanas, é pena estarmos agora tão confinados porque podíamos por o resto do plano de ação em marcha. Ainda assim convém destacar nesse âmbito o Concerto Solene "Palmela Conquista", o Festival Internacional de Saxofones, o Festival Internacional de Música - Palmela "Terra de Cultura", os Encontros de Cante Alentejano, dos Ranchos Folclóricos, há aqui uma rede intrínseca de música e de músicos no Concelho com projetos emblemáticos. Foi também ano de X FIG – Festival Internacional de

Gigantes, três dias de grande celebração e festa de cultura tradicional e, também, na área das artes plásticas a 1.ª Coletiva de Artistas Plásticos de Palmela. Registou-se um aumento com o número de presenças nos nossos equipamentos culturais, e o dinamismo das associações e estruturas culturais e a forte expressão das festas e iniciativas de cariz comunitário são excelentes indicadores da pujante vida cultural do Concelho.

A formação para a comunidade algo que, às vezes, passa um pouco despercebido mas é um trabalho excelente na área da nossas Bibliotecas, expandiu-se, qualificou-se, diversificou-se, indo ao encontro de interesses de vários públicos e população. A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas manteve uma programação diversificada nas Bibliotecas que estão, também, hoje com projetos em grande reformulação mas que, também, fomos tolhidos por esta questão da pandemia e alguns deles ainda estão a aguardar melhores dias para virem a público. Destacamos no Verão passado a implementação da iniciativa "Biblioteca no Jardim" que criou um novo espaço de leitura e lazer para os utilizadores.

Na área da Juventude, houve mais dinâmica na área da formação e do voluntariado, decorreu e destaco por isso o "Palmela Spring Camp", uma experiência de contacto intercultural com crianças palestinas. Os programas de ocupação das férias letivas também se ampliaram com mais jovens, continuam a ser momentos importantes de socialização para os participantes e um importante apoio para as famílias. O "Março a Partir" também teve um ano muito interessante com bons resultados e continua ser uma grande escola de participação seja de grupos formais ou informais, associações juvenis que estão em processo contínuo de crescimento e construção de projeto.

Na prática desportiva o nosso foco tem sido o apoio às infraestruturas das associações e dos clubes, mas há, também, hoje, cada vez mais clubes, associações e grupos formais com múltiplas atividades no nosso território que não são apenas relacionadas com quadros competitivos, há mesmo promoção de modalidades e retomamos aqui uma nova dinâmica nos Programas de Desenvolvimento Desportivo, em particular o interesse crescente no Atletismo, no Ciclismo, e depois há um conjunto de eventos que passaram a fazer parte do calendário que têm forte impacto desportivo mas sobretudo também de promoção do território, de visitação e turístico "Palmela Run", "Pinhal Novo Night Run", "Palmela Trail", "Trilhos da Marateca", "Clássica da Arrábida" e "Granfondo" são grandes provas internacionais com grande visibilidade na Europa também. Lançámos a primeira pedra da obra de requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão, que tem estado parado retomou esta semana, passará a pavilhão multifuncional, requalificámos o Polidesportivo Municipal 1.º de Maio, em Pinhal Novo, e houve um vasto conjunto de intervenções de reparação, conservação, substituição e beneficiação de Espaços de Jogo e Recreio, em várias freguesias Águas de Moura, Pinhal Novo, Padre Nabeto, foi tudo qualificado e o problema continua.

Na rede viária, requalificação da extensa rede viária municipal e dois mil e dezanove já foi um ano de muita execução terminou-se a 1ª fase do HUB10 em Vila Amélia, mas houve novas pavimentações na rua Nova do Vale em Águas de Moura, Luís de Camões, das Flores e dos Lusíadas na Lagoinha, Brejos de Carreteiros nos Olhos de Água, 2ª fase da Constantino Loureiro no Poceirão, 1º de maio de Cajados, rua da Escola/Estrada do Gado em Quinta do Anjo, aceiro do Marcolino em Pinhal Novo, travessa 9 de Março em Cajados, e a repavimentação da rua D. Maria Helena Rosa Cardoso em Palmela,mais um troço da EM 533 em Lagameças e depois um enorme trabalho realizado por administração direta.

Na AML - Área Metropolitana de Lisboa, a nossa participação na AML e desta nova mudança de paradigma que houve na mobilidade ao fim de muitos anos de reivindicação de um passe social intermodal, ficou na história e espero por bons motivos, na medida do passe navegante com impacto significativo nas finanças das famílias mas também na qualidade de vida se optarmos por uma mobilidade mais sustentável. Para terem uma ideia, o município investe anualmente um milhão duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e vinte euros neste processo e estimamos gastar um milhão e seiscentos mil euros com o alargamento da oferta. Mesmo hoje em Conselho Metropolitano questionamos quando é que se previa a abertura de propostas, lá para setembro mas aquilo depois é um processo muito complexo pode ser que no final de dois mil e vinte e um esteja, de facto, a nova rede a funcionar e que no concelho de Palmela tenha uma ampliação da rede, e da oferta, que ultrapassa os quarenta por cento. Enfim, há tanta coisa que fazer com os quarenta por cento é um número superior a outros concelhos mas é porque nos falta um conjunto de carreiras, todas aquelas que ao longo dos anos temos vindo a referir como ligações estruturantes e vitais estão contempladas no caderno de encargos do concurso.

Foi também o ano da conclusão do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, e no caso dos Planos Municipais, Palmela, como ainda há pouco disse, está numa candidatura intermunicipal mas tem estado a fazer o seu trabalho de casa com várias iniciativas na área da sensibilização, descoberta da natureza, defesa das espécies autóctones, plantações. No bem-estar animal, foi o ano em que ampliámos esta ação dos abrigos para gatos, projeto "Animais na Comunidade" E a rregularização da Ribeira da Salgueirinha na área do ambiente, também.

No abastecimento de água muitas ações de remodelação e de ampliação, para não vos maçar está no relatório são muitos os arruamentos onde foram feitas intervenções. É possível perceber melhor como é que estas coisas vão evoluindo ao longo dos anos através da consulta de um documento, que aqui na Península apenas Barreiro e Palmela fazem, que é a matriz da água e que é atualizado todos os anos para estar disponível no dia um de outubro, que é o Dia Nacional da Água, dá para ir comparando os quilómetros que são muitos, temos uma rede enorme que vai sendo remodelada e ampliada.

A quantidade de resíduos sólidos também aumentou exponencialmente, nós temos reforçado o investimento em prestações de serviços externos nem sempre com a qualidade desejada. Foram recolhidas mais cento e dezanove toneladas de RSU, mas mais de dezassete mil toneladas, não é engano, dezassete mil toneladas de monos e resíduos de limpeza, no que diz respeito aos resíduos valorizados, apesar da rede ainda não estar bem estruturada, bem distribuída, até pelas freguesias rurais porque também há sítios onde não há contentores para reciclagem também em sítios que não passa pela cabeça de ninguém, e onde a AMARSUL não está a afinar. Ainda assim, em seis meses mais de duzentos e setenta e um vírgula setenta e sete toneladas é sinal que, apesar de as pessoas continuarem a pôr fora dos recipientes, a não separarem bem, a não tratarem bem a seleção dos resíduos, começamos a aproximar-nos de uma média desejável na União Europeia, mas ainda estamos longe.

Eficiência energética, é um trabalho transversal da autarquia que vai desde a iluminação pública, à eficiência energética em equipamentos e edifícios municipais. Temos vários projetos, alguns agora felizmente já estão em concurso, para equipamentos de peso, são investimentos na ordem dos quinhentos/quatrocentos mil euros, trezentos mil euros, mas nas nossas escolas houve um forte investimento, também, na substituição de luminárias tradicionais por LED. Há aqui um outro trabalho que não sendo um investimento direto do município é uma estratégia do município, na lógica da sustentabilidade, de atrair para o território vários investimentos na área das centrais solares fotovoltaicas que quando chegamos a números que apontam já para uma redução na ordem dos vinte e três por cento das emissões totais de dióxido de carbono face aos números de dois mil e oito, houve estes indicadores do Plano de Ação para a Energia Sustentável dois mil e oito/dois mil e dezoito, significa que em matéria de energia verde o município deu passos de gigante e avizinham-se aí outros investimentos desta natureza.

Turismo e Economia Local, há uma estratégia sólida e sustentável de desenvolvimento turístico, até segundo dizem os participantes e as entidades oficiais nesta matéria, que o concelho ganhou pontos e especializou-se com aspetos de valores reais do território, porque temos de ser diferenciadores, que garantam experiências marcantes, caráter genuíno e emersão da realidade local. Temos uma grande diversidade no concelho, que é uma mais-valia, temos procurado explorar oferecendo propostas autênticas alicerçadas nesta lógica dos produtos endógenos de excelente qualidade, na beleza e na multiplicidade da paisagem, do património, etc., e a atração de visitantes e turistas ao concelho tem dado resultados. Mesmo num ano em que os números baixaram significativamente a nível nacional, registaram-se cerca de cem mil dormidas o que foi muito interessante. Foi, também, um ano em que investimos muito na promoção do município nalguns certames, e dou-vos o exemplo para além da BTL, a Mostra de Silves – Capital da Laranja, Observanatura, a Feira Nacional de Agricultura ou o Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, que teve um dia dedicado a Palmela, a presença, pela primeira vez, na Feira Ibérica de Turismo, na Guarda, a Fête des Vendanges de Montmartre, em Paris, onde o município teve um pavilhão próprio, exponenciou os contactos com mercados externos e uma visibilidade internacional de Palmela e dos seus produtos. O município, em dois mil e dezanove, foi escolhido para receber o lançamento nacional do "*Tourism Up & Taste Up*", bem como uma oficina do seu *Roadshow*, e acolheu, igualmente, a apresentação de resultados do projeto de investigação "*Tourfly,* inovação e futuro: contributos para o desenho da oferta turística na Área Metropolitana de Lisboa". Depois temos um conjunto de iniciativas de referência como a Feira Medieval de Palmela, o Palmela Wine Jazz, o Fórum Turismo, a 25.ª Edição do Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó,

com uma afluência acima da média, o "Viva o Natal em Palmela", a Maçã Riscadinha que foi rainha na primeira edição de uma iniciativa no Castelo, a dinamização da baixa comercial de Águas de Moura que hoje já deixou marca com a realização dos "Mercadinhos d'A Moura". Um trabalho, também, com o grupo empresarial Français-Setúbal que no mercado turístico e imobiliário francês têm criado laços e promovido Palmela e não é por acaso que o IAPMEI, a AICEP ou a AIP e a própria adesão à EEN – Enterprise Europe Network, no setor vitivinícola também o trabalho que fazemos da AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho ou a Rede Europeia das Cidades do Vinho estão a revelar-se estratégias importantes de promoção do território mas, também, temos que conseguir identificar fontes e recursos para apoio às nossas empresas do setor através da nossa participação nessas plataformas.

O Mecenas de Palmela, com trinta e oito projetos apoiados e cinquenta empresas, tem vindo a crescer, anualmente, e angariou, em 2019, mais de cento e cinquenta mil euros para apoio de projetos e ações, naquele que foi o melhor resultado até à data.

Ainda assim o investimento foi um importante motor de desenvolvimento mas, também, um conjunto de outras políticas sociais/transversais à Atividade Municipal deram aqui um novo élan e contribuíram para que o território sentisse maior felicidade, qualidade de vida, equilíbrio e sustentabilidade.

Do ponto de vista financeiro consolidou-se a tendência de crescimento da receita municipal iniciada em dois mil e quinze, teve uma ligeira queda em dois mil e dezasseis, aliás este ritmo e a sua fundamentação já estava prevista no relatório de enquadramento da política orçamental inscrita na proposta.

O valor arrecadado no ano de dois mil e dezanove foi cerca de quarenta e nove milhões e seiscentos mil euros, para terem uma ideia é semelhante a dois mil e nove que à data era já o valor mais alto que dois mil e três. O valor da receita sem as transferências do Orçamento de Estado para comparticipação de investimentos, fundos comunitários e empréstimos foi de quarenta e seis vírgula seis milhões, o valor mais alto desde dois mil e três.

Nas receitas próprias, IMT, Derrama, Taxas, Coimas e Penalidades, Transferências Correntes e de Capital tiveram um empenho positivo em dois mil e dezanove, em sentido inverso a Venda de Bens e Serviços e os Impostos Indiretos e o IMI, tiveram ligeiras quedas.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de vinte e quatro vírgula três milhões, quarenta e nove por cento do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de dois milhões de euros comparativamente com dois mil e dezoito. Nos Indiretos há uma evolução negativa, vinte e dois vírgula oito por cento em comparação com o valor arrecadado em dois mil e dezoito, o decréscimo registado trezentos e quatro mil euros, decorre em grande medida da diminuição das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas.

Há um saldo orçamental de mais oitocentos e dezasseis mil euros, a que acresce o saldo transitado de dois mil e dezoito, que era nove virgula seis milhões, o que significa que transitará para dois mil e vinte um saldo de dez vírgula quatro.

Taxa execução da receita, cento e sete vírgula um por cento, a segunda mais elevada de sempre.

Na Despesa, houve pagamentos de quarenta e oito vírgula oito milhões, mais treze vírgula seis por cento que em dois mil e dezoito, dos quais vinte sete vírgula nove milhões foram afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às GOP. A taxa de execução de pagamentos foi de oitenta e sete vírgula dois por cento.

As despesas de pessoal com dezanove vírgula três milhões, sofreram um acréscimo, felizmente houve progressões, houve uns ligeiros acréscimos nalgumas remunerações, mais seis vírgula oito por cento comparativamente ao ano anterior.

Aquisição de bens de capital, importante sublinhar, registou um acréscimo significativo de setenta e seis vírgula quatro por cento. Em termos absolutos são mais três vírgula oito milhões, o que representa o maior valor em termos absolutos no quadriénio, oito virgula sete milhões, quando estamos a falar de bens de capital estamos a falar de investimento.

Aquisição de bens e serviços, diminuiu um vírgula dois por cento.

Ss regras estão todas compridinhas, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso num total de um vírgula quinhentos e trinta e sete milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, um vírgula trezentos e sessenta e cinco corresponde a faturas em receção e conferência no final do ano, cujo valor é resultante de faturas que são pagas nos prazos normais, regista-se até uma ligeira melhoria face a dois mil e dezoito neste capítulo.

Convém saber que, à mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de nove vírgula um milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes dos impostos municipais porque aquilo nunca nos dão informação toda como devíamos de ter.

Propõe-se a aprovação da Prestação de Contas e propõe-se, também, que os resultados líquidos obtidos no exercício económico, dois milhões duzentos e sete mil trezentos e sessenta e nove virgula cinquenta, sejam transferidos para resultados transitados, de acordo com o disposto na legislação aplicável, e que se constitua o reforço da conta de reservas legais em cinco por cento do resultado líquido do exercício.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta proposta.

Vou dar a palavra ao PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Temos aqui mais uma Prestação de Contas em que, tal como nos anos anteriores, há um grande desempenho na execução da receita. Como sempre os números podem ser mostrados e comparados de muitas maneiras e continuam sempre a ser verdadeiros, é o que é feito normalmente nesta prestação de contas e nas anteriores. Podemos comparar com dois mil e dezasseis quando nos dá jeito, com dois mil e dezoito noutras situações, com o que estava orçamentado no ano anterior e até com dois mil e nove, com mais de uma década de diferença noutros casos, como o Sr. Presidente fez há pouco.

Tentando focar-me apenas no desvio em relação ao orçamento e nas variações face ao ano anterior, mais uma vez a receita executada é superior à prevista, quarenta e nove vírgula seis executado quando a prevista era de quarenta e seis vírgula três, isto sem saldo de gerência com uma execução de sessenta e sete por cento.

Continuamos com o crescimento exponencial da receita, ao contrário do que acontece com a execução da despesa, pois o saldo de gerência é de nove milhões novecentos e cinquenta mil euros, o que significa que quando há verba disponível para se gastar esta não é colocada à disposição da melhoria da condição de vida das populações onde sabemos que tanta coisa falta fazer, tanta coisa falta desenvolver no concelho, mesmo naquelas que são competências das Juntas de Freguesia que tantas vezes se queixam da falta de verba para melhor desempenharem as competências que lhe são atribuídas.

A maior execução da receita provém dos impostos diretos, aqueles que são arrecadados pelo Estado, mais que o previsto em três virgula seis milhões, depois nos impostos indiretos a execução foi acima do previsto também cerca de duzentos mil euros, mas em relação ao ano anterior teve um decréscimo de cerca de trezentos mil euros e esse valor é todo praticamente nas receitas de loteamento e obras, esses menos trezentos mil euros. Depois se o Sr. Presidente pudesse dar uma explicação acerca desta rubrica, agradecia.

Na despesa, como já havia dito, o mesmo que nos anos anteriores, menos execução do que o previsto, cinquenta e cinco vírgula nove milhões previstos executaram-se quarenta e oito vírgula oito milhões, menos doze vírgula oito por cento.

Na despesa corrente, a aquisição de bens e serviços decresce em relação a dois mil e dezoito e tem uma execução orçamental de oitenta e quatro vírgula oito.

Nas despesas de capital, o que significa um investimento tal como o Sr. Presidente disse, há mais capacidade de investimento que em dois mil e dezoito, cerca de quatro milhões, praticamente todos em aquisição de bens de capital, mas menos execução também daquilo que estava previsto, catorze vírgula oito realizaram-se onze vírgula um milhões, ficou-se por uma execução de setenta e cinco vírgula quatro.

Nas Grandes Opções do Plano, dos trinta vírgula nove milhões previstos inicialmente, aquilo que estava inicialmente para dois mil e dezanove que depois com as alterações ficaram em trinta e três vírgula nove, gastaram-se vinte sete vírgula nove milhões, menos vinte um por cento da execução.

No total das GOP há uma execução orçamental de oitenta e dois vírgula dois por cento e até se referem na apresentação das contas que é superior à execução de dois mil e dezoito, que foi de oitenta e um vírgula seis, há mais zero vírgula seis pontos percentuais em relação a dois mil e dezoito, o que até podia parecer bom se a concretização de dois mil e dezoito não tivesse sido até dois mil e dezoito a mais baixa do quadriénio.

Depois há uma boa execução na segurança e ordem pública, noventa e seis por cento, na saúde noventa e sete vírgula nove, nos resíduos sólidos noventa e dois vírgula trinta e oito e uma má execução, que é difícil de compreender na segurança e ação social, de cinquenta e um vírgula cinquenta e quatro, se a dotação para esta rubrica inicial já nos parece baixa tendo depois uma execução de cinquenta e um vírgula cinquenta e quatro por cento. Na habitação, vinte e nove vírgula setenta e seis por cento, no ordenamento e território vinte e nove vírgula sessenta e sete por cento e no comércio e turismo trinta e sete vírgula noventa e seis por cento. É mais um ano em que a Câmara tem orçamento disponível e apresenta estes níveis de execução em áreas fundamentais.

Para concretizar, temos sempre no início do ano, muita propaganda, muita divulgação, mais projetos, mais obra anunciada, mas depois no final, os números não mostram nada disso e quando chegamos a esta altura verificamos este nível de execução.

Obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou a palavra agora ao Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Boa noite a todos e a todas outra vez.

Três ou quatro notas e como o Cortegano já fez ali a intervenção sobre os números eu não farei essa intervenção sobre os números porque já foi feito pelo PSD, não vale a pena estarmos aqui a influenciar isso.

A intervenção política já foi feita essencialmente pelos Vereadores do Partido Socialista aquando da reunião de Câmara, mas eu gostava de pegar um pouco naquilo que ainda antes de nos mascararmos e ainda antes do ano de dois mil e dezanove, porque aquilo que estamos hoje aqui a discutir não tem nada a ver com o COVID, foi a execução do ano de dois mil e dezanove, ainda nós não pensávamos que andaríamos aqui nestes termos, e remete-vos para a sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito. Parece que já foi há tanto tempo mas, nessa fase, o Sr. Presidente de Câmara referenciava, tal como hoje aqui referenciou, que todos os compromissos constantes no plano estarão plasmados neste projeto plano de ação para dois mil e dezanove. Aquilo que nos custa é sistematicamente acontecer o mesmo, o senhor anuncia, reanuncia e anuncia o anúncio anunciado, e passa a vida nisto e vou-lhe dar só quatro ou cinco exemplos, porque fiquei de lhe dar estes exemplos há duas ou três sessões atrás, e não foi preciso muito foi só preciso ir buscar as suas intervenções ou melhor a sua intervenção nesta altura.

Repare o senhor diz a dado passo do ponto seis do Orçamento que: "… o incremento da atividade económica que vai abranger os setores mais relevantes para as finanças das autarquias, o IMT, as taxas de licenciamento e da venda de bens e serviços que também se estima um aumento.", foi exatamente ao contrário, foi nas vendas de bens e serviços que houve diminuição. Depois diz que o projeto o orçamento,

sendo que ele é ambicioso, o Cortegano já fez aqui o filme como é que se chega uma execução de cento e sete por cento quando não se faz metade das coisas que se tinha dito inicialmente e dos números não vale a pena falarmos muito isto. É que, a ambição daquilo que é apresentado se nós a entendermos como positiva e estamos do lado da solução, aliás mesmo os próprios Vereadores têm estado sempre do lado da solução em relação àquilo que é o trabalho dos quatro quintos do executivo, parece que depois há um processo de estagnação que tem a ver ou com a ineficácia cabal daquilo que é a máquina que o senhor organiza, e que o senhor dirige, e que o senhor faz proliferar em relação àquilo que depois são as concretizações que aqui nos trazem ano após ano. Se falássemos de um ano único, podia ter acontecido agora não.

Agora, vejamos, passou um ano e meio praticamente desde este vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito e o senhor dizia nessa altura: "…que embora ainda não tenhamos o documento do lado de cá e assinado, que é a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela em que o município vai fazer parte da solução.". O senhor acabou de dizer aqui, um ano e meio depois, que ainda está à espera, mas como é que se consegue dizer uma coisa destas há um ano e meio atrás? Como é que assume estas coisas aqui, é complicado de perceber isto. Oh! Sr. Presidente, a gente já sabe o que é que o senhor alega, portanto, não vale a pena.

Depois temos o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, e temos uma coisa giríssima que eu apreciei bastante, e vejo que o senhor aprecia as minhas intervenções por isso é que eu tomo nota das suas, quando coloca na introdução da prestação de contas, qualquer coisa como isto "…a eficiência energética dento das práticas participativas em conexão com a educação para a Cidadania e os direitos humanos…", sendo que os direitos humanos é somente um dos domínios da educação para a cidadania, "…marcam a vida deste concelho e que são exemplos da forma em que o município atua já no seu quotidiano em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável 2030.", ora eu disse-lhe aqui há um mês que não havia uma linha sobre desenvolvimento sustentável no seu plano de ação e o senhor resolveu colocar aqui mas colocou a martelo, porque não tem nada a ver com isto, os seus objetivos de desenvolvimento sustentável teriam a ver com a questão da cultura e da educação do concelho quando, por exemplo, nem sei qual é a cor política, mas veja Alenquer tem uma disciplina de empreendedorismo no 2º ciclo. Não vale a pena, veja Loures, veja Cascais, veja Vila Franca de Xira, veja Sines que têm disciplinas de Educação para a Cidadania no secundário, e olhe para a Câmara de Palmela e veja o que cada um dos estabelecimentos e cada um dos agrupamentos, escolas e escolas não agrupadas fazem, e não fazem porquê? Porque não têm claramente algo que lhes permita avançar para esse sentido, porque o tal projeto de que falou do sucesso escolar acaba por não acontecer, por não ter a repercussão que tem.

Depois disse assim "…oitocentos mil euros para o Monte do Francisquinho onde trabalhamos as questões da inclusão.", mas era em dois mil e dezanove e estamos em dois mil e vinte, acabamos de falar disto agora e o COVID não existia.

Mas mais é que o senhor teve um azar bestial neste dia, começou por dizer: "…no turismo vem aí mais investimentos em Fernando Pó, no "Centro Rural Vinum"…", mas onde é que está o centro? Quer dizer, há aqui coisas que não se percebe porque é que não acontecem e são aquelas que o senhor elencou como prioritárias, é que a questão é esta vir aqui dizer que tem cento e sete por cento de concretização, é uma coisa que depois se lê isto não se percebe, peço desculpa mas não se percebe.

A seguir, "…o grande objetivo na área do emprego…", perdoe-me, enfim, a eloquência, mas estou a citar,"… e empreendedorismo é de facto abrir a Incubadora de Empresas em Pinhal Novo que já funciona informalmente mas enquanto não tivermos lá as obras, parte delas já estão em concurso…" reparem já estavam em concurso há ano e meio, "…não podemos formalmente pôr a Incubadora a funcionar com o regulamento que foi aprovado.", o senhor acabou de falar da Incubadora aqui, agora, no plano. Oh! Domingos, eu se fosse da CDU não me sentia nada feliz com isto acontecer uma vez, duas, eu sei que o meu amigo não é da CDU é do PCP, é outra coisa e isso é outra coisa. Não valerá a pena entrarmos muito por aqui, portanto, este cenário acabava, entrava aqui só este cenário.

O que é que o senhor elege como relevante em dois mil e dezanove, primeira página, a Regularização da Ribeira Salgueirinha que, aliás, acho que está parada se não está parada não tem movimento há algum tempo. Regularização da Ribeira Salgueirinha, que eu sempre chamei vala, sou do Pinhal Novo, e Centro de Saúde lado sul do Pinhal Novo, felizmente que é Europa porque sem Europa não tínhamos nada, quer dizer

andamos aqui a ter cento e sete por cento de concretização e as duas obras emblemáticas são a Regularização da Ribeira Salgueirinha que ainda vai e o Centro de Saúde no sul do Pinhal Novo que já está. É curto, aquilo que é feito é curto, e embora, lá continuamos com o PSD, os cento e sete por cento os números, eu não sou da área, não faço ideia como é que se faz isso, mas realmente acho que a engenharia que é feita a este nível é efetivamente uma engenharia muito relevante.

Para não tomar muito tempo Sra. Presidente, pegaria única e exclusivamente agora no relatório de conclusões e recomendações da auditoria do senhor ROC e tentar perceber uma das recomendações na página onze que tem a ver com o imobilizado financeiro: "Assim, e tendo em conta, por aplicação hierárquica das normas, o que estava definido no POC (Plano Oficial de Contabilidade) e o que passará a ser definido pelo SNC-AP (Sistema Normalização Contabilística para Administrações Públicas), é nossa opinião que o Município deveria aplicar o método da equivalência patrimonial nas desmonstrações individuais, às participações em que detenha influência significativa, nomeadamente, Palmela Desporto EEM e Adrepal Lda. e aplicar o método da consolidação integral, das demonstrações consolidadas, nas participadas, Palmela Desporto EEM, que já aplica, e Adrepal Lda." Sabem que tive sempre muitas reservas em relação ao ROC, nomeadamente quando o ROC era o mesmo da Palmela Desporto e a Palmela Desporto, não entrava aqui e tive sempre aqui algumas reservas em relação a isto, mas este não foge muito, continua a ser o mesmo de há alguns anos a esta parte, não foge muito do seu perfil, mas recomenda e continua a recomendar que se organize tudo de uma forma um bocadinho diferente nas apresentações de resultados, mas são só recomendações e não são aceites, aparentemente, pelo município. Porque, logo a seguir, no ponto cinco, da página doze: "No que à Adrepal Lda. diz respeito e tendo por base as últimas demonstrações financeiras disponíveis, a trinta e um do doze de dois mil e dezoito…", atenção que não temos as de dois mil e dezanove e são só as de dois mil e dezoito e aqui o município, enfim, penso que deveria ter pressionado no sentido de estas demonstrações financeiras de dois mil e dezanove poderem estar pelo menos aqui colocadas nem que fosse a título provisório, "….importa referir que … estão reunidas as condições para a deliberação de dissolução da entidade, também de acordo com artigo trinta e cinco do Código das Sociedades Comerciais…", e por aí adiante. Depois, na página catorze, que não vou tomar muito mais tempo, fala: "… O reforço da previsão do ano, foi de novecentos e trinta e um mil quinhentos e oitenta euros, de acordo com o critério definido no Pocal. Tendo em consideração as divergências apuradas, as provisões poderão ser insuficientes face ao risco de incobrabilidade apurado.", eu já li isto praticamente em todos. Dr. Paulo Pacheco, eu sei, já li em todos é uma recomendação só, eu estou a tentar provar que as recomendações não servem, os senhores não aceitam as recomendações, pagam ao ROC para não o ouvir. Depois, na página vinte e quatro: "Verificámos que o município adota taxas para cálculos dos proveitos superiores às taxas de amortização dos bens correspondentes.", o que é que podem dizer sobre isto? É só uma pergunta mesmo, é a alínea f), o que é que está genericamente aqui por trás. Depois na página quarenta e sete, não sei nem digo nada sobre os gastos operacionais, mas tem: " os passivos financeiros pagos desceram o seu peso relativo da despesa total quatro ponto vinte sete, em dois mil e dezoito, contra três virgula noventa e um em dois mil e dezanove, embora.", e depois falta qualquer coisa ou é uma gralha do senhor ROC, ou quem fotocopiou não fotocopiou a parte do embora, porque o embora, embora qualquer coisa que não está cá, está ou não está Sr. Dr. Paulo Pacheco? Das duas uma, se está, eu gostava de ter o que é que é o embora, não estando, não está no original, então tem que se dizer ao senhor ROC, e os Srs. deveriam ter visto isto antes, na própria reunião de câmara que, enfim, tem que melhorar esta perspetiva ou o embora está ali a mais, parece que não, que é embora qualquer coisa.

Mas, genericamente, o que eu gostava de dizer nesta intervenção é que dinheiro é uma coisa que não falta ao município, esse dinheiro existe efetivamente e quando muitas vezes aqui se fala da dificuldade de cem mil euros ou de um investimento de duzentos mil euros que foi feito pelo município, como foi dito na última reunião de câmara nas questões ligadas com o COVID, etc.,etc.,etc., estamos a falar de algo que o município tem, de algo que o município não tem dificuldade em disponibilizar, de algo que o município tem capacidade para gerar e não estamos numa de "calimero" a dizer que, bem, mas fizemos mais isto porque não era nossa competência, etc., etc..

Terminaria dizendo que esta prestação de contas é um pouco o reflexo daquilo que nós temos vindo sempre a referir e que tem muito a ver com uma perspetiva curta de início, limitada na capacidade de prever, de perspetivar, e que, ainda por cima, acaba por no seu cômputo final mostrar muitas dificuldades. Esta Câmara é mais ou menos como aquilo que nós dizemos agora para o COVID, como diríamos para outra

coisa, que é, nós temos que nos preparar sempre para o melhor, mas esperar sempre o pior, e o município de Palmela não me parece que esteja nessa linha.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Bloco de Esquerda tinha pedido a palavra, Tânia Ramos, por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Eu trago aqui uma questão em relação ao Relatório de Contas da auditoria, realmente não é a minha área as contas, serão mais as letras, mas em relação aqui às conclusões há um parágrafo que me deixa desconfortável e que diz em relação às reservas: "Ficam a dever-se aos factos que considerámos afetarem de forma significativa, as demonstrações financeiras, impedindo juntamente com as limitações de âmbito, que elas deem uma imagem verdadeira e apropriada das contas do município. São factos constantes dos pontos deste relatório tem a ver com:…". Ou seja, o facto de até à data em que este relatório foi feito, não ser possível identificar todos os bens de domínio público ao tempo existentes e, por isso, por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir nem as respetivas amortizações a eles associados não foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.

A minha pergunta é: se existe algum impedimento legal, de estrutura da máquina que faz parte o executivo, para que existam estas limitações e possam, de alguma maneira, estar a afetar significativamente estas demonstrações financeiras.

Disse, muito obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Tem a palavra Mário Baltazar do MIM."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Não ia falar de números, já foram aqui explanados alguns números, o ano passado falei de números e este ano vale a pena falar de números, porque se nós olharmos e, como disse aqui o José Carlos, tudo passa depois muito ao lado.

Independentemente de verificarmos que os valores das receitas foram superiores aos últimos anos, com um aumento um pouco considerável, mas sempre com os impostos diretos, quarenta e oito por cento, quarenta e nove por cento e o nível das transferências com vinte e quatro por cento, ainda assim, ostenta-se um valor superior ao dos outros anos.

Poderemos também argumentar que durante estes últimos tempos substituiu uma execução orçamental com uma amplitude direta mas muito agilizada com os números apresentados, porque, como já foi dito aqui, ao longo dos anos temos denotado que aparece a obra, sai a obra, mete-se dinheiro, tira-se o dinheiro, e é assim que tem funcionado nos últimos anos. Embora se trate de uma descida qualificada, que para nós é na área do urbanismo no que se refere às taxas dos loteamentos e obras, mas nesta matéria já todos nós sabemos qual é essa a razão.

Para terminar, e muito breve, muito mais poderia ser dito mas para não avançamos muito na hora que amanhã estaremos cá novamente, dizer que trabalharíamos nós numa outra horizontalidade sobre as verdadeiras prioridades e iríamos trabalhar sobre essas matérias apresentando considerações muito mais idóneas e categóricas, e para terminar, mesmo, dizendo que, e como já foi dito, se a autarquia realmente é

uma autarquia com dinheiro estas obras, ou algumas obras, que têm passado de anos para anos já poderiam ter sido concluídas.

Obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou a palavra então ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O meu colega de Bancada, e do PSD, Roberto Cortegano já fez aqui uma breve análise aos números, eu só quero falar sobre uma parte do relatório.

Nota-se aqui no relatório que foi feito pelo Revisor Oficial de Contas, que não é o mesmo de há anos mas que já fez alguns, que refere que nos anos anteriores era aconselhada a atualização do registo do imobilizado. Eu sei que é um passo e houve um acréscimo líquido em dois mil e dezanove de dois milhões quatrocentos e dez mil cento e oitenta e seis euros, em todo o caso continua a dizer no relatório que é preciso fazer mais.

O saldo da receita por cobrar, apresenta um montante por receber de apenas seis milhões cento e setenta e sete euros, isto para mim se eu fosse Revisor Oficial de Contas não sei se escreveria o apenas, isto é tudo relativo, e refletindo uma divergência para a rubrica patrimonial, clientes, contribuintes, utentes de cerca de dois vírgula oito milhões de euros, diferença estável nos anos anteriores e então no ano de dois mil e vinte deve ser apurada e regularizada a divergência.

Tenho aqui a referir que o documento em si, com trezentas e tal páginas, que tivemos de ler assim em poucos dias, e daí se tivesse sido ouvida preferia ter a divisão em duas destas sessões e depois haver uma terceira mas a Sra. Presidente já deu as explicações e eu aceito.

Relativamente à ADREPAL, fico novamente preocupada e ainda bem, não que não queira que aquele edifício e toda a evolvente prospere cada vez mais num futuro, mas a verdade nunca acreditei muito, nunca acreditámos, e estou seriamente preocupada porque aqui fala em dissolução da entidade. O Sr. Presidente também já veio falar uma vez na dissolução da entidade, fala aqui que poderá haver um reforço, eu sei que isto são aconselhamentos.

Mais preocupante, não talvez pelo valor porque são empréstimos concedidos no valor de trinta e cinco mil euros seiscentos e sessenta e um, há aqui uma rubrica patrimonial de vários empréstimos concedidos pelo município à Associação de Regantes de Cabanas, e muito bem, talvez, na altura entre oitenta e cinco e noventa, que se destinaram ao financiamento da construção do furo de captação de água e muito bem. O município tendo em conta o princípio da prudência, procedeu à constituição de uma previsão, pois, eu tenho a dizer que esta dívida, se estiverem certos os vários empréstimos, deve estar prescrita e, portanto, nem sei para que é que se vai fazer, de acordo com a prudência, a constituição de uma previsão ou então faltam aqui alguns pormenores que possamos desconhecer e que, com certeza, o Sr. Presidente esclarecerá.

Há outras coisas positivas, não digo que não, as obras que embora sempre disséssemos que votámos contra o orçamento, sempre concordámos com muitas delas, algumas também por nós reivindicadas durante longos anos. Muitas vezes o sentido da votação não quer dizer que não se concorde com muitas, a política é que não seria a mesma. E aqui nas contas, eu acredito que os técnicos da Câmara façam o seu melhor, o Dr. Paulo Pacheco também. O "compêndio" que nos foi dado também está bem elaborado. Mas eu continuo a dizer, até reparei que também nas provisões para os processos jurídicos parece-me terem sido reduzidas, também gostava de saber a razão, mas pronto não poderemos votar favoravelmente a prestação de contas, não que duvidemos da idoneidade das pessoas que as fazem, mas sim porque continuamos a achar que há aqui pormenores e que têm sido alertados pelo ROC durante vários anos e que ainda não conseguimos corrigir, e é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Mais algum pedido de intervenção que eu não tenha registado?

Bem então antes de perguntar ao Sr. Presidente se quer responder a algumas questões ou comentar algumas das observações, nós temos que deliberar continuar a sessão. Já passa da meia-noite, hoje não temos grande alternativa que não seja continuar e presumo que estamos todos de acordo e vamos tentar que não se prolongue muito.

Sr. Presidente há questões que não são questões, são posições os Srs. Membros da Assembleia não precisa de comentar tudo, mas questões colocadas acho que sim."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Procurando seguir a ordem das questões Sra. Presidente se me permite.

Roberto Cortegano, mas também em relação aos números, os números são o que são mas, para além dos números, há um texto que os acompanha e que merece ser lido para se perceber. Quando se olha cruamente, por exemplo, para níveis de execução, segurança e ação social, habitação, ordenamento do território, comércio e turismo que são exatamente como está no documento a execução afastou-se daquilo que estava previsto, cada uma destas questões tem, naturalmente, a explicação que está lá aduzida no documento, também. Nós temos nestas áreas um conjunto de projetos, e de obras, que não podemos retirar do orçamento, podíamos ter feito esse exercício de chegar ao final do ano e na revisão ter tirado de lá rubricas, tirávamos de lá o dinheiro e aquilo que estava gasto chegávamos aos cem por cento, mas não podíamos ainda bem que não podemos, porque tratando-se de candidaturas e tratando-se de projetos e obras temos que manter para poder lançar e temos obras que são plurianuais.

A questão do turismo tem que ver, por exemplo, com as obras nos mercados. Conseguiu-se avançar com a da Quinta do Anjo, o do Mercado de Produtores de Pinhal Novo está em concurso, as ações sobretudo ligadas à dinamização dos mercados após a obra física só podem ser feitas depois da obra física, dinamização, os circuitos, as divulgações, etc.

A área da habitação não é propriamente a habitação, tem, também, outras questões ligadas à requalificação de espaços, etc., Há um conjunto de obras de reabilitação urbana que não podemos avançar com elas, eu acabei de dizer, mesmo quando referiu ainda há pouco pegando nas minhas palavras a obra do Monte do Francisquinho, no relatório destes quatro meses está lá referido que só muito recentemente houve a aprovação das candidaturas. Aliás o ano passado, relativamente a alguns desvios, eu tive oportunidade de dizer que grande parte dos avisos do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que tem PARU - Plano de Ação para a Regeneração Urbana, no final do ano a CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, ainda não os tinha aberto, é normal esse desvio. Se, entretanto, somarmos isso a um período difícil, que também dá a sensação que houve aqui alguma amnésia, em que falámos de concursos desertos, empresas com incapacidade para agarrar determinadas obras e determinadas especialidades, e isto não é de Palmela está em todo o lado, e no final faremos as contas para saber e vamos para um território bastante competitivo na Área Metropolitana de Lisboa é quantos municípios é que já abandonaram projetos porque, de facto, não conseguem implementá-los e quantos é que Palmela vai concretizar.

Depois há aqui um conjunto de obras que são plurianuais, os desvios de execução têm, naturalmente, uma explicação. Não foi por falta de dinheiro, aqui ninguém empurrou obras para a frente porque não conseguia pagá-las, houve questões específicas de obras que têm uma complexidade extrema ou que houve dificuldades em encontrar as empresas e os projetos adequados, que é normal um pouco hoje e um pouco por todo o mundo, e eu dou-lhe um exemplo. Um projeto que tem um peso financeiro significativo na área de eficiência energética que é o nosso projeto de iluminação pública, são setecentos e noventa mil euros, está em Tribunal com contendas entre concorrentes, não executámos, claro, mas podemos tirar de lá o dinheiro? Não, chegamos ao final do ano se aquilo não estiver resolvido o que é que vai acontecer? Não executámos, por acaso estamos já a pensar noutra solução.

Srs. Membros da Assembleia, há razões objetivas não são invenções para que algumas obras não estejam prontas, mas também faço um apelo a vossa honestidade intelectual para lerem o conjunto de obras que

estão concretizadas em dois mil e dezanove e, por isso, é que os números também espelham isso mesmo. Espelham, por exemplo, que este aumento do volume de investimentos que é mais três vírgula oito milhões de euros do que em dois mil e dezoito e, obviamente, em dois mil e vinte vai ser muito superior, mas vamos à questão dos números e das execuções.

Às vezes a forma como esta questão de ultrapassarmos os cem por cento na receita é apresentada, dá a sensação que isto tem de ver com alguma maior capacidade para ir buscar receita, não é exatamente assim. Quero recordar os senhores que quando fazemos o orçamento, mesmo nós sabendo que vamos ter uma execução superior àquela que colocamos no orçamento, somos obrigados a utilizar a média, e eu repito isto insistentemente, dos últimos vinte e quatro meses, logo aí fica logo abaixo, e noutras rubricas a média é dos últimos trinta e seis meses. Nós sabemos que o conjunto de indicadores e pelas nossas contas, a estimativa que os nossos técnicos fazem, que é cada vez mais certeira, mas nunca conseguimos ficar ali pelos cem por cento porque também não nos deixam pôr lá a receita, que me dera a mim escusava muitas vezes de estar à espera da revisão em maio ou do reforço financeiro com empréstimos, como temos vindo a recorrer e temos vindo a ter a aprovação até unânime desta Assembleia.

Assim como também não é correto poder-se deduzir que nós estamos aqui a fazer algum mealheiro, quem passa com saldo não está propriamente a poupar dinheiro que não quer investir. Não, esse dinheiro é para investir porque o investimento tendo transitado de ano, eu tenho que lá ter o dinheiro para o fazer e também não é correto dizer-se, e já lhe mostro com alguns números, que isto foi tudo bom porque houve mais transferências correntes da Administração Central, é evidente que teve que haver mais. A Europa é muito boa e que o dinheiro só vem da Europa, está enganado Sr. Membro da Assembleia é que as candidaturas a fundos obrigam a um esforço grande financeiro próprio da autarquia, infelizmente estamos numa região em que a generalidade das candidaturas não ultrapassa os cinquenta por cento e as outras obras a que fomos mais longe, eram obras da responsabilidade da Administração Central e do Governo. Mais, e volto aqui a clarificar este aspeto, é que mesmo para o Centro de Saúde de Pinhal Novo os cinquenta por cento da comparticipação europeia quem fez a candidatura foi a Câmara não foi o Governo, e gostaram tanto da nossa forma de trabalhar que agora querem que a gente faça tudo pelo Governo, mas não pode ser, nós temos as nossas obras para fazer e também temos aqui os nossos *timings.*

Execução, gostaria aqui de destacar dois ou três aspetos desde logo porque se faz por aí algumas comparações. Dizer-lhe que consultando as taxas de execução dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e também vários da Península de Setúbal que aí estão integrados, Palmela não é o município que tem a melhor execução da receita, muitos outros municípios que, felizmente, estão a ter também uma receita superior a cem por cento, mas naquilo que diz respeito à execução da despesa, quando se pretende passar a ideia que há incapacidade de executar, Palmela só é ultrapassado pelo município do Seixal num ponto percentual todos os outros municípios têm execuções inferiores, isto é uma nota importante.

Também para esclarecer alguns aspetos antes de ir a outras questões de caráter mais geral, exemplos, venda de bens e serviços, claro eu estimei com base na nossa tarifa de tabelas e preços, infelizmente não consigo é garantir que as pessoas pagam e, de facto, a execução de venda de bens e serviços que tem que ver com água, saneamento, resíduos, há muitas dívidas, isto deve-nos levar a pensar é o que é que se passa efetivamente nas finanças das famílias.

Quando se fala em ambição, a ambição tem um caminho e tem um caminho e a concretização tem um calendário, alguns desvios que existem já foram explicados mas o que é importante hoje conseguirmos respirar fundo é que temos a generalidade dos projetos das candidaturas e outras obras com fundos próprios todas lançadas e até trinta de julho haverá mais uma série delas que ficam em concurso. Não há nenhuma ineficácia há uma conjuntura que é extremamente difícil, continua a haver dificuldade de haver empresas em Portugal, não foi só neste contexto do COVID, já o ano passado havia.

Quanto ao combate ao insucesso escolar, Sr. Membro da Assembleia o senhor pode não gostar do modelo, pode não conhecer em detalhe todas as atividades que foram sendo desenvolvidas, para nós estamos tranquilos. Foi o modelo que teve a participação dos agrupamentos de escolas que quisarem ter, muitas propostas são dos professores e dos alunos, há ainda trabalho a fazer nesta última fase que, também, enfim, foi desmarcada agora nestes meses sobretudo na área da formação da participação parental e de um

conjunto de outras dinâmicas, mas nós estamos tranquilos é que, felizmente, há uma equipa externa que vai avaliar os resultados, não é o município que vai inventá-los.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sr. Membro Assembleia de uma vez por todas convido-o a ler os dezassete ODS para perceber que, de facto, é um desígnio que é transversal a toda a nossa atividade, desde as questões da participação, desde as questões de igualdade género, desde as questões da educação, desde as questões do ambiente e os nossos indicadores são claros, não são fabricados, é a Universidade Católica que os avalia, mesmo ontem houve uma sessão em que eu não pude ir, tive que mandar uma mensagem, e nós estamos ali nem sequer estamos numa lógica de competição entre municípios, estamos ali para aprender e os indicadores da avaliação do primeiro ano são bastante positivos. Também aqui é uma avaliação externa que indica se estamos ou não estamos no bom caminho.

Já lhe falei nas aprovações tardias por parte da própria gestão dos fundos de algumas candidaturas, como foi o caso do Monte do Francisquinho, a Regularização da Ribeira da Salgueirinha não está parada, está parada nuns sítios mas está a operar noutros, porque aquilo é feito por troços, neste momento o desafio que fizemos à empresa é ver se vem para a Estrada Nacional para fazer a obra durante o Verão, que é isso que importa intervir aí, e temos aí várias frentes de obra em simultâneo.

Receitas do Urbanismo, também se pretendem tirar aqui ilações que não vale a pena fazer. Este desvio que há relativamente ao ano passado, tem que ver com licenciamentos da Autoeuropa que não estão concluídos e, obviamente, as taxas não estão arrecadadas não temos problemas nenhuns em admitir isso, e eles atrasaram-se porque morreu o projetista e tiveram que recuperar uma série de outras coisas, porque de resto não é nas obras particulares que aumenta a receita até porque houve redução de taxas, as comunicações prévias são mais baratas, há um conjunto de outras intervenções urbanísticas que passaram a estar isentas, há os licenciamentos zero, só voltará a haver receitas nessas áreas quando houver novos loteamentos, mas não há novos loteamentos. Nós estamos é a recuperar loteamentos abandonados há muitos anos e que nem daqui a dez anos temos população para aqueles loteamentos e para aqueles lotes que estão por reabilitar e que têm infraestruturas para reabilitar.

A autarquia tem dinheiro? Não. A autarquia tem equilíbrio financeiro e os indicadores e os rácios são definidos claramente até por organizações ligadas aos revisores de contas, o Anuário Financeiro dos Municípios é um bom instrumento para medir isso.

Relativamente à ADREPAL, foi aqui referido até acerca destas questões do Revisor, este documento não acrescenta aqui nada de novo relativamente aos outros, pelo seguinte: reconhece aqui algumas evoluções, mas há aqui uma matéria que sistematicamente V.Exa. chamou à colação quando se fala nesta questão do ROC que é a reserva sobre o balanço inicial, mas isto já foi sobejamente explicado todos os anos. Desde dois mil e dois, quando começou o POCAL, foi assumido por todos os municípios, e isto é igual em todo o lado, que as autarquias não dispunham de contabilidade patrimonial e a avaliação do imobilizado para o balanço inicial efetuado nessa data nunca conseguiu ficar completo. Ainda hoje há até contendas relativamente à posse de algum património que são difíceis de contabilizar para que estas questões estejam devidamente certas e isto é normal em qualquer autarquia e é normal desde que se mudou para este sistema de contabilidade e agora vem aí outro, já estamos a trabalhar nisso.

Também aquilo que se falava das bases para constituir reservas etc., etc., de ano para ano tem havido melhorias, ou seja o município tem reforçado as reservas e a questão da ADREPAL também não traz nada de novo. Todos os revisores de contas perante resultados, e uma sociedade daquela natureza, consideram não obstante os resultados positivos nos últimos anos, e foram também apresentados esta Assembleia quando se pediu mais tempo para a empresa conseguir saldar as suas dívidas, o percurso é positivo e está em plena recuperação, mas é evidente que do ponto de vista contabilístico qualquer economista e revisor de contas diz: "Acabem com a empresa e tomem conta daquilo". Sem dúvida, é essa, também, é a minha opinião, mas é depois dela pagar aquilo que tem que pagar porque aquele património tem que estar livre de hipotecas e pertencer ao município, também isso já é dito pelo menos desde que eu ando nestas andanças que isto está referido.

O relatório do ROC, que eu respeito, há matérias do ponto de vista técnico que nós não temos a mesma opinião, mas de uma maneira geral as pequenas divergências que assinala acaba por serem consideradas uma questão de técnica de classificação e que há agora aspetos que cumpre-nos, ou não, analisar e corrigir

o que houver a corrigir mas, de uma maneira geral, revela que a contabilidade, toda a classificação, toda a documentação é rigorosa e transparente e que o município tem um bom desempenho financeiro e orçamental, e isto é dito talvez de uma forma diferente do anterior ROC para este, mas, de uma maneira geral, também me revejo nalgumas apreciações feitas e naquilo que há melhorar os nossos serviços estão a procurar clarificar estes aspetos sem que haja aqui algo que belisque a idoneidade das contas.

A dívida estaria prescrita, não está porque existe um processo em tribunal. De outra forma tem toda a razão não fazia sentido estar ali.

Gostaria de sublinhar estes aspetos, serviço da dívida, encargos e juros, reduzimos de zero vírgula sete para zero vírgula três, uma redução significativa, os desvios de execução física e/ou financeira dos investimentos já dei alguns exemplos com toda a transparência. Salvo e sublinho que o investimento em bens de capital é o melhor valor do quadriénio.

Há aqui um ou outro aspeto importante, quando se diz também que só fazemos obra porque temos fundos comunitários, etc., toda a gente no país faz. Nós metemos lá o dinheiro e depois temos que receber algum, não é? Toda a gente no país assim faz e temos que aproveitar e temos que acompanhar esse esforço, mas quero dizer-lhe que a percentagem de autofinanciamento do município no investimento, no quadriénio, já tem uma média de sessenta e nove vírgula um por cento, e isto é muito significativo. Significa, também, utilizando aqui outro rácio que é importante chamar à colação é que nós desviamos cada vez mais dinheiro das correntes para despesas de capital e isto é um excelente sinal. Basta consultarmos, admiro-me que hoje não tenham também referido estes aspetos, os rácios de natureza orçamental e económica e de natureza financeira que evoluem todos muito positivamente, nos outros rácios temos o maior investimento por habitante, também subiu, o rácio da produtividade que aumenta de cento e vinte e seis vírgula oito para cento e quarenta e quatro vírgula sete em dois mil e dezanove e a demonstração de que por cada cem euros gastos em pessoal foram gastos cento e quarenta e quatro euros em atividades e investimento.

A questão do endividamento, o capital em dívida é o mais baixo de sempre, menos dez vírgula cinco por cento relativamente ao ano anterior, também a evolução da questão das dívidas a fornecedores sendo que a autarquia no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso deste dois mil e catorze/dois mil e quinze que não tem pagamentos em atraso, o saldo de gerência é seis vírgula oito vezes o valor das dívidas de curto prazo, isto são indicadores também importantes e é assim que se deve continuar. Tem de haver sempre saldo, mas o saldo está comprometido e se eu não tivesse comprometido, lá está é o tal mealheiro que não se gasta, ele até é insuficiente para o volume de investimento que temos este ano e foi por isso que contraímos empréstimo e hoje trazemos também a proposta sobre os empréstimos do Banco Europeu de Investimento para as obras que fazem parte das candidaturas a fundos comunitários.

A margem de endividamento, até porque este empréstimo não conta para esse efeito, também atingiu um número recorde de dez milhões quatrocentos e oitenta e sete e o resultado líquido de dois mil e dezanove também é bastante favorável e há o reforço de cinco por cento para as reservas legais.

Há aqui uma matéria que me tenho esquecido de referir, as nossas juntas de freguesia, naturalmente, têm hoje, também, cada vez mais dificuldades, e cada vez mais pressão seja para as competências delegadas seja para outras competências próprias, porque as receitas do Orçamento Geral de Estado são, de facto, não vou qualificar, mas disso ninguém tem falado ultimamente, mas quero dizer-vos que há outras competências próprias que a juntas já têm em que aquilo que recebem do Orçamento Geral do Estado praticamente não dá para abrir a porta e, possivelmente, ainda não temos os valores que desejaríamos para sermos ainda mais justos nesta delegação de competências para as juntas de freguesia, mas temos procurado todos os anos aumentar. Este ano que estamos hoje aqui a avaliar já registámos um aumento de cinco vírgula quatro por cento, e aquilo que vamos aprovar amanhã vai resultar que no final do ano teremos um aumento ainda mais substancial de transferências para as Juntas de Freguesia e aqui, também, há nesta partilha de recursos, naturalmente partilha de maiores responsabilidades, mas também uma visão de maior justiça para quem está mais próximo e que tem que ter cada vez mais meios e condições para responder aos desafios quotidianos.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu creio que os números demonstram aquilo que demonstram, há aspetos que têm que ser lidos para percebermos a explicação para os desvios que existem, mas creio que também é incontornável e que é inevitável termos de reconhecer que foi um ano com muita realização, com

muito investimento e um ano que lançou bases para um investimento que sendo plurianual vai recair em dois mil e vinte. Estamos confiantes que os resultados vão aparecer ao longo deste ano, considerando que só no último mês e meio já foram lançadas empreitadas que já chegam aos oito milhões de euros, ou seja só num mês e meio já lançámos obras que já têm um valor de investimento superior ao ano que acabámos de findar, daí que este saldo fosse indispensável para alavancar estes compromissos que vamos assumir agora.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente da Câmara, 1ª alteração ao Orçamento e pedia-lhe que fosse rápido Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 – Ratificação.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esta primeira alteração modificativa, que antes chamávamos de revisão, visa incluir não só parte do saldo de gerência de dois mil e dezanove, nove milhões novecentos e cinquenta, também um ajustamento de verbas provenientes do Orçamento de Estado, em que se apurou mais setecentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e um euros e tem que ver com aquelas participações do IVA e de alguns bens e serviços, e o que é que entretanto fizemos? Também efetuámos reforços no valor global de trezentos e doze mil trezentos e dez euros nas rubricas transferências de capital, proveniente de financiamento externos que passaram a estar aprovados ajustando o valor da comparticipação diversas ações em dois mil e vinte.

A primeira medida foi reforçar a dotação de um conjunto de rubricas que quando aprovamos o Orçamento e as Grandes Opções do Plano em novembro, hão-de reparar que há lá muitas obras, e nós dizemos o nome porque é um compromisso político, mas que têm depois a verba a definir e elas só podem ser lançadas quando lá tiverem a verba. Só para dotar o conjunto de compromissos e de obras que estavam a definir, por isso é que se diz que o saldo está comprometido com as obras que transitam de ano, temos sete vírgula quatro milhões de euros, não vale a pena discriminá-las porque elas estão nas Grandes Opções do Plano.

Há depois um conjunto de pequenos outros reforços que saíram por inúmeras rubricas e há, também, que repor o dinheiro que foi utilizado nas primeiras segundas e terceiras alterações permutativas que é uma responsabilidade do executivo que à medida das necessidades de fazer avançar primeiro esta, ou aquela ação, vai tirando de um lado e pondo noutro, mas depois como tirou de algumas áreas onde tem de estar a dotação para o ano inteiro nós temos agora que repor o dinheiro. Vamos, por exemplo, à iluminação pública

que tem lá muito dinheiro e não precisamos do dinheiro todo do ano nos primeiros três meses, então vamos lá buscar algo que está a faltar mas, depois, temos que repor lá o dinheiro, e é isso que estamos a fazer.

Depois, há reforços no projeto de instalações municipais, nos projetos de sistemas de informação, questões da desmaterialização de procedimentos de urbanismo, equipamento informático, aquisição, isto já apanhou também esta fase do COVID, também houve aqui rubricas que nem sequer existiam, despesas que nem sequer pensávamos nelas e que tivemos de reforçar. Por exemplo tivemos que criar uma rubrica e abrir uma rubrica para algo que ainda nem sequer temos dinheiro, nem o financiamento assegurado, mas temos já um protocolo de colaboração e com base na boa-fé tivemos que meter quarenta mil euros para os projetos do novo Posto Territorial da GNR no Poceirão, que é o município que vai avançar com a obra.

Vários reforços na educação, não só para reparações, sistemas AVAC nas escolas. O que é que constitui novidade? Exames médicos e regulares COVID-19, teve que ver, também, com a verba para os testes, uma verba também ainda significativa de várias dezenas de milhares de euros para aquisições extraordinárias no âmbito do COVID-19, porque o material de proteção não vai parar e continuamos a investir muito. Volto a dizer-vos, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, se não fossem as autarquias, podem perguntar aos Bombeiros, podem perguntar às IPSS, o que é que receberam das suas outras estruturas, se não fossem as autarquias e se não fossem alguns mecenas isto teria sido muito grave. Ninguém tinha dinheiro, nem têm hoje, para fazer face à quantidade de material de proteção e higienização de espaços, desinfeções etc., que isto parece que veio para ficar, vão ter que continuar e até nós que estávamos a pensar que não era preciso adquirir mais material porque tínhamos os nossos stocks para dar às IPSS já estamos a pensar em adquirir. Possivelmente, vamos ter de reforçar estas estas rubricas.

Destaco aqui o projeto de teleassistência, é um projeto com uma dimensão social importantíssima de combate ao isolamento dos mais idosos e depois da primeira fase de cinquenta instalações temos já outras cinquenta, reforçámos também esta área social.

Em vinte e oito de agosto houve nova alteração ao Regime da Reserva Ecológica Nacional. Estávamos a terminar o PDM com a avaliação ambiental estratégica terminada para entregar nestes primeiros seis meses e já estamos a fazer uma alteração para adequar tudo aquilo que já fizemos ao longo dos anos às novas orientações estratégicas da Reserva Ecológica Nacional. Naturalmente, quando se diz Ordenamento do Território executaram pouco, pois a gente só pode pagar quando o Plano estiver entregue, nós temos uma equipa externa que trabalha no regulamento e nas orientações do Plano, tudo isto passou para este ano e agora até houve a necessidade aqui de mais um reforço, não foi muito significativo mas é só para dar um exemplo que estas coisas também têm constrangimentos que são externos e que nós temos que saber ultrapassar.

Temos aqui verbas a definir e fortes investimentos com intervenções nas redes de água, temos uma candidatura pesada para combate às perdas de água e eficiência, também, muitas reabilitações de sistemas, por aí fora.

Tivemos de repor dinheiro para pagar aqui outras questões na área do saneamento, ferramentas, reparações de viaturas, aquisição de viaturas, a nossa frota está mesmo muito, muito, envelhecida, viaturas de trabalho essencialmente mas não só.

Depois temos ações novas, também reforçámos a lavagem dos contentores, reforçámos a área dos resíduos por causa dos novos projetos de recolha porta-a-porta e do aumento das necessidades de recolha, espaços verdes e paisagismo há aqui muitos reforços, não tem que ver só com obras tem que ver, também, com necessidades de reforço de rubricas para aquisição de serviços. Grande parte das intervenções, desde corte de ervas a jardins, temos de continuar a recorrer, também, a mais serviços externos.

Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura, vai agora para concurso também um reforço, eficiência energética em edifícios municipais também houve necessidade de reforçar, a eficiência energética da piscina de Palmela já está em concurso, a da piscina do Pinhal Novo também são quinhentos e tal mil euros também vai para concurso, já foi assinada cabimentação esta semana.

Na rede viária há também um volume muito significativo de reforços para compromissos que, felizmente, estão a avançar e estão todos em concurso e outros já a começar. Para terem uma ideia há aqui um vírgula quatro milhões só nesta área.

Reforços para os mercados de produtores locais do concelho de Palmela, até porque as candidaturas que fizemos pagam muito pouco e nós queremos fazer uma coisinha melhor e mais profunda e quando começamos a reabilitar edifícios, mercados, nunca chega não é Sr. Presidente da Junta? Tivemos que reforçar e estamos a prever mais cinquenta e quatro mil euros.

O PRARRÁBIDA - Janela da Arrábida, para poder lançar e já ultrapassámos mais um constrangimento com o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, vamos lançar o concurso em breve.

Aquisição de terrenos também reforçámos, aliás, acabámos de comprar um terreno em Pinhal Novo e estamos a tentar comprar mais alguns que tem que ver com necessidades, quer para serviços, quer para estacionamento e beneficiação do espaço público.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia com estas alterações todas, sem entrar aqui em muitos detalhes, mas responderei às questões que entenderem, vai fazer o nosso orçamento aumentar, com o saldo e com estes reforços, para sessenta e um milhões cento e dezanove mil trezentos e noventa e nove, o que representa um acréscimo de vinte e um vírgula noventa e dois por cento relativamente ao orçamento anual.

Há aqui uma norma relativa à integração do saldo que foi cumprida e é tudo."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS, Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Esta é uma alteração que já se esperava que, obviamente, fosse diferente pelo impacto da situação excecional do COVID que estamos a atravessar. E verificamos que aparecem aqui algumas verbas atribuídas a gastos com a pandemia mesmo que não se perceba bem quais os gastos, por os valores estarem dispersos pelas diferentes rubricas que é normal, claro, mas poderia, penso eu, até ter sido feito um relatório à parte que explicasse esses gastos inerentes com a pandemia, por exemplo, com o vestuário, com máscaras, luvas, gel, que estivesse mais específico. Penso que nos seria útil para termos uma maior perceção dos mesmos.

No entanto, e o que me parece é que a alteração reflete os custos efetuados com a pandemia, até aqui, mas o que seria mais importante era que previsse, e era aquilo que mais esperava, que numa lógica de pós-COVID, ou seja a seguir à pandemia pelos vistos, infelizmente, parece que não está para tão breve, que houvesse já uma estratégia a pensar num plano de atuação de maneira a reduzir o impacto que a pandemia virá a ter na economia local, no comércio, na restauração, no turismo, nas empresas, de maneira a salvar postos de trabalho. Ou seja, para que a crise económica não se venha a tornar ainda mais grave do que aquilo que já se espera e que virá a ser com certeza e que já devíamos estar a preparar. Isso parecia-me ser o mais importante que deveríamos verificar nesta alteração, e é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Agora sim, tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ficamos com um orçamento de cerca de sessenta e um milhões de euros, não é a primeira vez que Palmela tem um orçamento desta dimensão, veremos o que se consegue contemplar em termos de investimento de

estrutura durante este ano de dois mil e vinte, veremos aquando da apresentação do relatório relativo a dois mil e vinte o que é que os munícipes beneficiaram deste orçamento de sessenta e um milhões de euros.

A questão da Alteração Orçamental, não é uma questão em si, é uma medida política que deve ser adotada, que é legal, e que nada nós temos a obstar, temos a obstar em relação ao Orçamento inicial este é o complemento do mesmo.

Em relação à pandemia o Sr. Presidente de Câmara disse, na reunião de Câmara, que tinha investido até ao momento cerca de duzentos mil euros, é este número que está na ata. Como já foi aqui dito não se consegue perceber exatamente onde é que está mas, se calhar, também era complicado que isso pudesse acontecer dessa forma. Não consigo aqui vislumbrar novas medidas, em termos de COVID, que possam vir a ser colmatadoras, passo o termo, de algumas necessidades a curto e médio prazo até ao final deste ano. Não consegui descortinar, eventualmente, estarão aqui, mas eu não consegui ver.

Nós vamo-nos abster, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"O Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, trabalhadores do município, nós que estamos aqui nesta sala e a generalidade dos portugueses um pouco por todo o país, já ouviram várias vezes a expressão "o novo normal". Esta expressão, repetida vezes sem conta, convoca a todos e a todas para a adoção de comportamentos que permitam conter a propagação desta nova doença, a COVID-19. Mas o novo normal passados três meses de planos de mitigação e contingência, estado de emergência e calamidade, quer dizer para muitos lay-off, menos rendimentos, o desemprego e mais dificuldades económicas.

Para os munícipes de Palmela que antes do surgimento da pandemia já se encontravam em dificuldades por estarem numa situação de vulnerabilidade agora estão no limiar da pobreza extrema, sem amparo, sem comida e sem teto. Perante esta realidade, não podemos ser alheio e mesmo achar que a caridade refletida numa sopa quente e num naco de pão são a resposta adequada. Para os tempos que se avizinham o município de Palmela tem que estar preparado para efetivar uma resposta para casos de emergência social que venham a surgir neste território, incluindo o de disponibilizar um abrigo, pelo tempo que for necessário, a pessoas em carência económica que não tendo como pagar a renda da casa em pouco tempo se veem na rua. Apesar de existir um regulamento do município para atribuição de habitação com renda apoiada, e que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente, muitos requerentes não se enquadram em todos os critérios de seleção, desde logo pela exigência de ser necessário que os requerentes tenham residência no concelho pelo menos há cinco anos. Convenhamos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, é muito tempo para viver sem condições de habitabilidade e com a insuficiência económica para ter uma vida digna ou sequer pagar uma renda aos valores de mercado.

É preciso lembrar que ainda se mantêm políticas laborais do tempo do Governo PSD/CDS e que o atual Governo do PS não quis e não quer revogar, que usam e abusam da precariedade, dos contratos de trabalho, em que muitos trabalhadores sem se poderem fixar por muito tempo no mesmo local vão acompanhando as ofertas trabalho mudando assim de residência e com eles os seus agregados. E é a esta gente que este município pode e deve dar a mão, não deixando cair ninguém no fosso de uma vida sem dignidade e de onde também há quem não consiga sair.

Sr. Presidente, se existe uma estratégia local de habitação em fase de estudo, como vimos há pouco, passa essa estratégia por responder também a situações de emergência com pessoas vítimas de despejo? Recentemente, o Governo em Conselho de Ministros aprovou novas regras que permitem um aumento da capacidade de endividamento das autarquias, e eu pergunto, Sr. Presidente, se não considera aproveitar esta medida para também fazer face a estes novos tempos. Há bocado ouvimos aqui alguém dizer que

temos que fazer o melhor mas estarmos preparados para o pior, acho que é nesta ótica que as próximas Grandes Opções do Plano terão que enquadrar medidas que deem resposta às grandes deficiências de pessoas, de trabalhadores, que se forem encontrando em dificuldades económicas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Há um pedido de intervenção do MIM."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite. Deixar só aqui uma breve nota, também, sobre determinadas ações que são de uma extrema pertinência.

Independentemente das várias inclusões de novas ações em conformidade com os reforços das dotações sobre o COVID-19, de referir que estas oscilações que a todos nós nos afetou impôs com que a autarquia desembolsasse elevadas quantias excecionais, embora todas elas estejam aqui expostas nas suas reconhecidas rubricas, neste momento, nós consideramos a existência, também, ou que deveria existir um documento único sobre esta matéria em que estivesse patenteado os valores e as classes de investimento, bem como todos os apoios que foram atribuídos pelo município e ao município.

Como é do vosso conhecimento geral esta é uma matéria que patenteei-a ficar por muito tempo, logo significa que o investimento será gradual como muitas mais quantias excecionais.

Assim, com este retrocesso, o investimento será mais elevado e de certeza, que, brevemente, terá que existir novos reforços nas suas dotações.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não há outras intervenções?

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara ainda pretende intervir. Queria que fosse mesmo breve para fecharmos esta proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com efeito não houve propriamente questões completas sobre as ações, mas foram feitas pertinentes considerações e eu gostava de referir o seguinte:

Esta alteração modificativa tem que ver não só coma a necessidade de responder a um novo paradigma de necessidades e de rubricas que até não existiam, eu esqueci-me de referir os reforços até para o pagamento de metade das EIP's e parte dos GBP's dos Bombeiros, etc., e sem dúvida tivemos de reforçar as rubricas que permitem, finalmente, lançar um conjunto de projetos e obras que estão em condições de ser lançados.

Quero aqui sublinhar que uma das formas de preparar, precisamente, o pós-COVID, que eu não sei quando é que começa, é precisamente para investimento público e isso está comprovado a seguir a várias crises em vários pontos do globo. É com obra e investimento público que há emprego, que há desenvolvimento económico e que há consumo, não é apenas criar rubricas para apoios de emergência porque, também, aqui há que cada um fazer um pouco de reflexão e aquilatar o que é que são as responsabilidades dos municípios e o que são as responsabilidades da Administração Central. De facto, os diplomas que aí vêm para a área do social, vão fazer implodir a Segurança Social acho que vai desaparecer, deve ficar só um Instituto, porque é tudo feito pelas autarquias, mas estamos ainda longe desse paradigma e espero que, depois, as receitas venham para as autarquias. Vão ser as autarquias a pagar o RSI – Rendimento Social de Inserção, a fazer os contratos de inserção, a fazer os atendimentos sociais, enfim, que a Administração Central fugiu do

território e vamos nós ser o grande ministério da coisa é, de facto, uma mudança de paradigma muito importante. Compete às autarquias terem as suas políticas próprias, até em matéria da habitação a estratégia local de habitação é para que cada autarquia passe a ter hoje uma estratégia em função das competências que começaram a chegar agora nessa matéria, porque durante anos o que é que foi feito em Portugal em matéria de habitação a custos controlados? E agora, a autarquia é que tem que resolver de um momento para o outro, a autarquia deu as linhas mestras da sua estratégia, aquilo é feito a partir de um diagnóstico das necessidades, da situação que existe em cada em cada território. Nós temos intenção de sermos, inclusivamente, promotores de construção de habitação em lotes que também já temos sinalizados para o efeito, mas isso também só é possível haver esse financiamento público, que V. Exa. referiu, deve de ser isso que se está a referir, só depois da estratégia local estar aprovada, ou seja, só há financiamento IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (2020) da habitação também quando a estratégia local está aprovada. De outra forma, mesmo a disponibilização de habitação da renda apoiada não é possível ser feita no território enquanto a estratégia local não estiver aprovada, estamos a fazer esse caminho como a generalidade dos municípios estão, a não ser aqueles que já tinham centenas de casas há muitos anos.

Relativamente às despesas no âmbito da COVID-19, pois bem nós próprios nem tínhamos rubricas onde acomodar algumas despesas. Isto está espalhado por várias rubricas e algumas estão no pessoal e deviam estar na Proteção Civil e outras deviam de estar na Saúde, nós próprios estamos agora a tentar compilar toda essa informação até para concorremos a um apoio da Administração Central para despesas desta natureza. Foi, aliás, uma das medidas que o município preconizou naquele pacote de setenta medidas que apresentou a Área Metropolitana de Lisboa, e até apresentámos, também, para as instituições e para as coletividades que, também, deveriam ter direito a um conjunto, sobretudo o terceiro setor também devia de ter direito a um programa de apoio específico muito idêntico àquele que foi criado para a adaptação das empresas quando reabriram, as pequenas e médias empresas.

Nós procuraremos lá mais para diante também nós próprios fazemos o apanhado das coisas e temos, também, a convicção que vamos ter de investir mais, porque isto não vai passar tão depressa e que novos desafios se colocarão nesta matéria, mas para isso também se for preciso deitar alguma obra abaixo para uma emergência dessa natureza pois também contamos com a vossa compreensão, mas a fazer de outra forma daqui, se calhar, a um ano estaríamos a ser aqui avaliados e julgados pelo facto de não termos feito as obras que nos comprometemos a fazer.

Pensamos que este caminho da dinamização da economia através do investimento público que põe mais gente a trabalhar cá, que põe gente a consumir cá nos restaurantes, põe gente a viver cá, é o caminho para o desenvolvimento económico para melhor resistirmos às dificuldades que vamos certamente encontrar em dois mil e vinte e um. A principal certeza que temos já, é que no próximo ano o impacto vai começar por sentir-se, não é só na vida das famílias que já começou a sentir-se, é, também, nas receitas do município. Não havendo desenvolvimento económico, não havendo mais riqueza através do IRS, havendo empresas a fechar, etc., etc., vamos ter menos impostos, se vamos ter menos impostos vamos ter menos receita, então podemos dar mais? Vamos ter que fazer opções, naturalmente, mas faremos as opções que tiverem que ser feitas em função dos desafios que tivermos pela frente e depois vamos ver se estamos todos de acordo.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor da CDU e dezasseis abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, dou a palavra ao Sr. Presidente para uma apresentação rápida sobre a proposta do empréstimo."

PONTO QUATRO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Apenas relembrar que este órgão já havia aprovado uma proposta desta natureza, a diferença que tem relativamente à primeira proposta é que se dizia que íamos consultar várias entidades, inclusive o BEI, mas, depois, vimos logo que havia aqui uma incongruência na informação que nos tinha sido dada e isto na prática não é propriamente um concurso entre a Banca. Vamos ao BEI, temos aqui uma candidatura, elas foram validadas, ainda temos algumas que hão de chegar e terão que vir à Assembleia, possivelmente em setembro. Há mais cinco candidaturas das que foram aqui aprovadas que ainda não tiveram a aprovação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão e que traremos possivelmente em setembro mas, ainda assim, com a outra componente própria, espero não atrasar essas obras porque elas têm mesmo que arrancar agora neste momento.

Já obtivemos aqui estas aprovações e relativamente ao enquadramento legal, à margem de endividamento e a aferição da dívida total está tudo devidamente explanado, trata-se então de nove empréstimos para obras que foram candidatadas aos fundos comunitários."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, tem a palavra o Partido Socialista, Pedro Biu, por favor."

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, boa noite a todos.

Em primeiro lugar, congratulamo-nos pela correção de não ser, de facto, um concurso entre a banca, é um regozijo para o Partido Socialista ver que o aproveitamento, no bom sentido, que as linhas que o BEI permite às autarquias, e que nem sempre têm a mesma posição sobre a participação de Portugal na União Europeia, fazer estes investimentos com grandes benefícios para a população em geral.

Em termos de documento que estava só deixar uma sugestão que era uma vez que os projetos que estão elencados nesta proposta, são nove e que estão em fases diferentes com certeza do seu desenvolvimento, deviam aparecer tentativamente as datas em que serão executados. Digo isto assim porque há muito tempo se eu ouve falar da reconstrução da Igreja do Largo de São João, ou dos melhoramentos no Pinhal Novo do antigo Largo da Mitra e, por isso, acho que era importante nós percebermos, uma vez que agora já há uma luz ao fundo do túnel de haver o investimento, também desse quadro tivessem tentativamente as datas.

Finalmente só fazer votos para que os compromissos sejam cumpridos, quer os financeiros, quer também aqueles que vão beneficiar a população em geral. Deixo, por fim, um alerta que era se a Câmara poderia ser, não através de BEI cujo fundamento é diferente, mas através de algum programa Portugal 2020 poder ser um veículo de apoiar a Associações Culturais, Recreativas e Desportivas do Concelho, porque esta questão da pandemia está a causar grandes impactos nalgumas delas com possibilidades de uma não sobrevivência no futuro, e aqui deixava este alerta.

O PS irá votar favoravelmente esta proposta,

Obrigado, boa noite."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente, não creio que haja alguma questão."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só para referir que as obras estão em vários estados de desenvolvimento, há aqui quatro obras que já estão em curso, uma que está concluída, que é a de Fernando Pó, e outras os concursos foram anunciados esta semana e mais dois nas próximas semanas.

Relativamente ao desafio que coloca, neste quadro, ao contrário do anterior QREN, não houve propriamente em prioridades de investimento a possibilidade de participação de outras instituições a não ser na área do social para a infância, e daí termos feito uma candidatura onde envolvemos o Centro Social de Palmela, que infelizmente veio a desistir dessa candidatura e nós também somos forçados a desistir, mas noutro plano, até no âmbito das tais setenta medidas que apresentámos na Área Metropolitana de Lisboa, temos permanentemente insistido na necessidade de haver, tal como já começa a aparecer desenhado para a área social quase que um novo PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais para apoio e instalações da área social, temos insistido também num apoio ao movimento associativo e ao terceiro setor muito alinhados com aquilo que foi, inclusivamente, uma tomada de posição muito oportuna da Confederação das Coletividades da Cultura Recreio e Desporto."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos então votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"E para terminar, Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre Tejo e Sado), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É uma proposta estritamente técnica, para se dar autorização para a assunção de compromissos plurianuais, é de lei, e nós até pensámos que isto já era dispensável mas ainda faz sentido e pronto alguma explicação, ou eu ou o Dr. Paulo Pacheco estamos ao dispor."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Alguma questão sobre esta proposta?

Não, então podemos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma horas e onze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Andreia Sofia Dias Bento**, na qualidade de Segundo Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e seis dias de junho de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Segundo Secretário

Andreia Sofia Dias Bento